



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA "A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL"
REALIZADA EM 21/02/2025**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA "A PESÇA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO
SUL", REALIZADA NA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA
LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO
SUL**

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às treze horas e trinta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e do deputado Renato Câmara, em parceria com o proponente deputado Neno Razuk, deu-se a abertura da Audiência Pública "A Pesca no Estado de Mato Grosso do Sul", que visa debater o Projeto de Lei nº 275, de 2024.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Severina Silva) — Autoridades, parlamentares, representantes de entidades de classe, pescadores, empreendedores da cadeia produtiva do pescado, senhoras e senhores, sejam todos bem-vindos. Boa tarde a todos que nos acompanham pelas plataformas digitais, pela TV Alems, Canal 7,2 da TV aberta e pela Rádio Alems, na frequência 105,5. Informamos que temos wi-fi disponível, localize a Rede Alems em seu dispositivo e navegue com total segurança. O presidente deste Parlamento, deputado Gerson Claro, e o proponente, deputado Neno Razuk, recebem a todos nesta Casa de Leis para a Audiência Pública "A Pesca no Estado de Mato Grosso do Sul", que visa debater sobre o Projeto de Lei nº 275, de 2024. Convidamos, para compor a mesa dos trabalhos, o presidente deste Parlamento, deputado Gerson Claro; o deputado Neno Razuk, autor do Projeto de Lei nº 275, de 2024; o deputado Coronel David, presidente da Comissão de Segurança Pública; o doutor Artur Henrique Leite Falcette, secretário adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação; o superintendente federal da Pesca e Aquicultura em Mato Grosso do Sul, senhor Marcelo Heitor Silvestre dos Santos. Registramos a presença do prefeito do município de Coxim, senhor Edilson Magro; do doutor Alípio Marcus Laca de Oliveira, cônsul do Cazaquistão em Mato Grosso do Sul; do biólogo Gabriel Marcare Canhete, chefe da Divisão Técnico-Ambiental do Ibama/MS; do Rogério Eduardo Ruas Chelotti, turismólogo, representando a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul; do tenente-coronel Cleiton Douglas da Silva, subcomandante do Comando de Policiamento Ambiental; da senhora Sônia Maria Persigili, presidente da Associação da Cadeia Produtiva da Pesca (ACPP/MS); do senhor Flávio Dias, vice-prefeito de Coxim; do senhor Luiz Eduardo, presidente da Câmara Municipal de Coxim; do senhor Flávio Godoy, presidente da Câmara Municipal de Itaporã; dos vereadores de Itaporã: Cascatinha, Adriano Martins, Bere Rebeque, Lindomar de Freitas, Gilliard Giacobbo, Reinaldo Pecini; do senhor Liezer Francisco Xavier, presidente da Associação dos Pescadores Artesanais de Isca Viva de Miranda e do Conselho Estadual do Conpesca; do senhor Marcinho Souza, vereador de Coxim; e do vereador Professor Aldo José, do município de Anastácio. Convidamos, para compor a mesa dos trabalhos desta audiência pública, o primeiro-vice-presidente deste Parlamento e presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, deputado Renato Câmara. Senhoras e senhores, para as boas-vindas e suas considerações, anunciamos o presidente deste Parlamento, deputado Gerson Claro.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Boa tarde, senhoras e senhores. Cumprimento o proponente desta audiência, deputado Neno Razuk, que também é o autor da lei em discussão. A discussão sobre a pesca, na verdade, ultrapasse até os limites da lei, porque há outros debates, não só o que está nesta lei. Cumprimento, também, o deputado Coronel David, da Comissão de Segurança; o deputado Renato Câmara, presidente da Comissão de Meio Ambiente; o Artur, secretário adjunto da Semadesc; o deputado Lucas de Lima; a deputada Mara Caseiro; o ex-deputado João César Mattogrosso; o deputado Junior Mochi; o deputado Zeca do PT; a deputada Gleice Jane, que estão aqui presentes e as demais autoridades da mesa. Agradeço a presença dos prefeitos, dos vice-prefeitos, dos vereadores e de todas as entidades ligadas à pesca, à preservação, ao desenvolvimento e às questões que interessam a Mato Grosso do Sul. Por determinação desta Casa e por acordo de liderança, temos adotado o ritmo de esgotar todos os esforços em todos os temas que dizem respeito a Mato Grosso do Sul na busca de consenso, na busca de convergências, na busca de produzir legislações que atendam ao interesse de cada cidadão sul-mato-grossense. Obviamente, quando há pontos contraditórios, valerá — como tem que ser — a voz da democracia, que é o voto da maioria. Mantendo esse ritmo, quero agradecer ao deputado Neno Razuk que, regimentalmente... Não precisava ser ele a convocar a audiência pública, mas, não só concordou em ouvir as outras partes, como ele mesmo convocou a audiência. Agradeço ao deputado Renato Câmara, que ficará encarregado de ouvir os argumentos de todas as partes, técnica e cientificamente, buscando o melhor entendimento desse assunto. Agradeço, também, ao superintendente da Pesca, Marcelo Heitor, e ao Artur, secretário adjunto da Semadesc. As audiências públicas nesta Casa, de praxe, são comandadas pelos proponentes ou pela comissão, que é a responsável por esgotar o tema. Como presidente da Casa, gostaria de fazer um compromisso inalienável com todos que estão aqui. É comum que, nas audiências públicas, os debates, de vez em quando, fiquem acalorados. Saibam que, desta Casa, vocês terão todo respeito para que a opinião e a voz de todos sejam ouvidas. É com esse espírito de democracia que vamos continuar trabalhando. Com essas considerações, considero aberta esta audiência. Com a palavra, o deputado Neno Razuk, que vai fazer a abertura oficial e conduzir os trabalhos.

DEPUTADO NENO RAZUK - PL (proponente) — Boa tarde a todos. É um prazer e uma honra estar aqui com vocês. Fico muito feliz de contar com tantas pessoas nesta audiência. Pessoas favoráveis e contrárias ao projeto e, como disse o nosso presidente, esta é a Casa da Democracia e estamos trabalhando para chegar a um consenso, para chegar a uma boa formatação para essa lei. Tivemos um pedido de assinatura de urgência, conseguimos as assinaturas necessárias... Inclusive, esse projeto já poderia estar em votação, mas, conversando com o presidente, com o deputado Coronel David e com os colegas deputados, chegamos ao consenso de que é melhor debater, ouvir todas as classes para poder buscar a melhor solução para todas as categorias. Esta Casa busca representar, da melhor forma possível, a população de Mato Grosso do Sul. Invocando a proteção de Deus, em nome da liberdade e da democracia, cumprimentando a todos, declaro aberta esta audiência pública, de minha proposição, com o tema “A Pesca



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

no Estado de Mato Grosso do Sul”, que visa debater o Projeto de Lei nº 275, de 2024. Como sou o autor da lei e tenho o posicionamento já definido com relação a esse assunto, quero convidar o deputado Renato Câmara, presidente da Comissão de Meio Ambiente, para conduzir a presidência desta audiência, garantindo, da melhor maneira possível, a imparcialidade na condução dos trabalhos.

SENHOR PARTÍCIPE — [Fala fora do microfone].

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Boa tarde e sejam todos bem-vindos. Aceitando a primeira indagação, quem é o representante da federação, que está presente? Há alguém que possa representar a federação? O presidente está presente? A audiência pública tem um rito para que, nos debates, sejam ouvidos todos os lados para se ter a compreensão da lei, de autoria do deputado Neno Razuk, tendo como coautor o deputado Coronel David [interrupção com a entrada do presidente de federação]... É importante dizer que esta audiência terá o seguinte rito: a explanação técnica da lei; a participação do órgão do meio ambiente, representado pelo Artur; a fala de cinco membros favoráveis à lei; a fala de cinco membros contrários à lei; e as perguntas serão passadas para que todos tenham oportunidade de se manifestar por escrito e serão incorporadas todas as sugestões na minuta da conclusão da presente audiência. Quero saudar os colegas deputados Zeca do PT, Gleice Jane, Junior Mochi, Mara Caseiro e Lucas de Lima, vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente e, também, o prefeito de Coxim, neste ato representando todos os prefeitos, a Assomasul. Agradeço a presença de todas as autoridades, de todos os pescadores, e quero dizer que há uma coisa comum: todos nós queremos a sustentabilidade da pesca, a sustentabilidade das águas, a sustentabilidade dos rios, para que se aumente a quantidade de peixe e todos tenham a oportunidade de pescar. Os grandes autores desta audiência são vocês e, nesta primeira parte, vou abrir a palavra aos componentes da mesa. Com a palavra, o coautor da lei, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Boa tarde, senhor presidente. Gostaria de cumprimentar todos os presentes e de reconhecer o senso democrático do deputado Neno Razuk, porque, como ele mesmo disse, essa matéria já poderia estar tramitando, em vias de ser aprovada, mas, ele concordou que fosse realizada esta audiência, com a finalidade de debater ainda mais essa matéria, ouvindo quem é favorável e quem é contra, para que esta Casa, que é o berço da cidadania de Mato Grosso do Sul, possa — ao final, quando essa lei for levada ao Plenário para ser aprovada — representar o sentimento da maioria das pessoas que têm preocupação com o meio ambiente, com a sustentabilidade e com a melhoria da vida de cada um. Esta audiência é para ouvirmos as pessoas que aqui vieram para que, ao final dos trabalhos, tenhamos uma linha segura para ser feita dentro desta Casa. Obrigado, senhor presidente.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Com a palavra, o senhor Marcelo Heitor Silvestre dos Santos, superintendente federal da Pesca e Aquicultura em Mato Grosso do Sul.

SENHOR MARCELO HEITOR SILVESTRE DOS SANTOS (superintendente federal da Pesca e Aquicultura/MS) — Boa tarde a todos e a todas. Em nome do presidente, deputado Gerson Claro, quero agradecer a oportunidade de participar desta audiência pública, referente ao projeto de lei proposto pelo deputado Neno Razuk e quero felicitar e agradecer a presença de todos os componentes da mesa. Em nome da deputada Gleice Jane, agradeço a presença de todos os deputados e deputadas que aqui estão, inclusive da presidente da Frente Parlamentar da Pesca, deputada Mara Caseiro. Em nome do Adilson, gostaria de parabenizar a presença dos representantes da pesca esportiva e dos setores do turismo. Em nome dos vereadores Batista e Elisângela, de Porto Murtinho, parabeno a presença dos pescadores profissionais e artesanais. Durante a campanha, no passado, tive a oportunidade de viajar para alguns municípios e posso dizer que a representatividade se faz presente nos espaços de discussão; portanto, ter vereadores que são representantes das colônias de pescadores é muito importante para fomentarmos o debate e não deixarmos que as opiniões de um lado, ou de outro, subvertam a maioria. O Ministério da Pesca e Aquicultura foi recriado quando o presidente Lula ganhou a eleição, portanto, em 2023, e, dentro do ministério, atuamos, enquanto Governo, sem ter a predileção por um lado ou por outro, porque o ministério atua em harmonia com todos os setores da cadeia da pesca. Temos a Secretaria Nacional de Pesca Artesanal, a Secretaria Nacional de Pesca Industrial, a Secretaria Nacional de Aquicultura e a Secretaria Nacional de Pesca Profissional. Portanto, a legislação que se pretende implantar em qualquer estado do Brasil tem que preservar o direito de toda a cadeia que usa os rios. Na próxima sexta-feira, completarei nove meses à frente da Superintendência Federal de Pesca e, nesse período, visitei praticamente todas as colônias e associações de pescadores e isqueiros do estado, vi e ouvi a demanda deles. A dificuldade daqueles que sobrevivem do rio é maior do que a daqueles que o usam como hobby, como passeio, como lazer. Apesar de que a atividade turística é uma atividade econômica muito importante para o nosso estado. Precisamos fazer uma legislação de pesca que seja única em Mato Grosso do Sul, que escute todos os que usam os nossos rios, porque a gente não pode deixar de lado uma comunidade tão importante para todos nós, que são os pescadores profissionais e artesanais. São um milhão e seiscentos mil pescadores profissionais no Brasil, cerca de sete mil aqui no estado que já estão sofrendo com a legislação restritiva desde 2019. Eles sempre aceitaram e temos que buscar o entendimento, a paz, a democracia, mas, não podemos deixar essa parte da população alijada do processo. Como representante do Governo Federal, temos buscado, através da aquicultura, que faz parte do Ministério da Pesca, que os governos, sejam municipais, está aqui o prefeito Edilson Magro, eu participei e fui visitar Coxim... O Governo do Estado e o Governo Federal têm que criar alternativas para que os pescadores profissionais e artesanais possam viver dos rios, seja criando o peixe de tanque elevado do IF de Coxim, seja tanque escavado, seja por rede. Mato Grosso do Sul tem uma particularidade: temos grandes bacias, como a bacia do Paraguai, onde



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

tem o turismo muito fortalecido — Corumbá, Ladário, Coxim, Miranda, Anastácio, Aquidauana, Porto Murtinho —, onde o pescador profissional já é englobado na atividade do turismo. Tem um acordo... Isso já faz parte da audiência pública, das discussões que vamos ter daqui pra frente... Em Corumbá, por exemplo, o turista não pode pescar e matar o peixe, só pode se o pilotoiro, o guia dele for pescador profissional. Na discussão, por que não estender isso para a cadeia do rio Paraguai? Porque o pescador profissional praticamente não vive mais do rio nessa bacia. Já na bacia do Paraná, não há atividade do turismo, mas, nós temos que dar condições para que eles consigam viver de uma outra atividade [fala fora do microfone]... Então, nós precisamos criar essa harmonia, não esquecer nenhuma das cadeias que sobrevivem do rio e, principalmente, preservar a unidade de entendimento e da democracia, já que ela pressupõe a convivência harmônica entre os que pensam diferente. O rio tem a capacidade de ter tanto o pescador profissional, artesanal, quanto o pescador da pesca esportiva. Mato Grosso do Sul precisa avançar nesse caminho, inclusive com os estudos do dourado, temos que voltar a esse assunto, tem que ter a academia incluída nessa discussão, porque o estudo tem que ser feito e ele é a base da legislação. Sem estudo, sem academia, sem comprovação, não podemos manter nem fechado e nem aberto. Portanto, esta audiência tem o intuito de fazer isso. Muito obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Com a palavra, o secretário adjunto da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Ciência, Tecnologia e Inovação (Semadesc), senhor Artur Henrique Leite Falcette.

SENHOR ARTUR HENRIQUE LEITE FALCETTE (secretário adjunto da Semadesc) — Boa tarde a todos. Em nome do deputado Renato Câmara, presidente da Comissão de Meio Ambiente, cumprimento todas as autoridades. Primeiro, quero dizer que o Governo do Estado vem aqui hoje com respeito à prerrogativa desta Casa de propor políticas públicas e de nos chamar para a discussão quando necessário. Então, a gente vem com o intuito de ouvir, de captar o que os envolvidos — tanto quem é contra quanto quem é a favor do projeto — tenham a contribuir nessa discussão. O estado, neste momento, está debruçado sobre a discussão da pesca. Aqueles que estão aqui, vejo que muitos fazem parte do Conselho Estadual da Pesca (Conpesca), tenho acompanhado essas discussões, e essa é uma matéria presente no Governo do Estado. Como ouvintes, estamos aqui para que possamos avançar nesses trabalhos. Quero dizer que o estado, neste momento, realiza um amplo levantamento dentro das cadeias de produção de pesca. Estamos passando por um processo de recadastramento e de entendimento dessa base de dados sobre a pesca em nosso estado, para que possamos ter cada vez mais subsídios para propor e implementar políticas públicas. Fico à disposição, caso seja necessário me manifestar sobre algum aspecto específico do projeto. E acho importante ressaltar que essa matemática bastante complexa não pode ser reduzida à questão ambiental. Existem outras questões dentro dessa discussão. Existe uma questão social, uma questão relativa às diferentes cadeias de produção, uma questão relativa à imagem, à comunicação, enfim, são diversos fatores. E a gente entende que, por isso, é necessário que saia uma legislação



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

desta Casa que tenha a capacidade de contemplar todas essas complexidades e especificidades que temos dentro dessa temática. Para não correremos o risco de propor uma solução, às vezes simples, para um problema que é complexo e que não vai sanar, e que, assim como nos últimos dez anos, vamos continuar discutindo esse assunto nos próximos dez anos. Acho que é isto que precisamos buscar: um consenso para que possamos, definitivamente, pacificar essa questão e seguir em frente. Fico à disposição, deputado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Obrigado, Artur. Sua participação é muito importante nesta audiência pública. Quero, conforme o script da audiência pública, passar as saudações para os nobres colegas deputados. Primeiramente, quero passar a palavra para a nossa presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Cadeia Produtiva da Pesca (FPEDCPP), deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO – PSDB (coordenadora da FPEDCPP) — Eu quero cumprimentar a mesa, em nome do nosso presidente, que preside esta audiência pública, deputado Renato Câmara. Em seu nome, cumprimento todas as autoridades presentes e quero dizer da importância de trazermos esse debate para esta Casa de Leis. Como bem disse o Artur, é um assunto muito complexo, e a importância de termos todos os representantes da cadeia da pesca do nosso estado, com voz, para poder falar, argumentar, colocar os seus prós, colocar os seus contras, enfim, estamos aqui exatamente para ouvir. Temos ouvido e conversado muito, principalmente com os nossos pescadores profissionais, e há uma demanda muito forte, uma preocupação forte deles. Não tenho dúvida disso. Então, a importância de sabermos ouvir, interpretar formas, maneiras e soluções, para que possamos, dentro de uma nova lei, talvez da pesca em nosso estado, não deixar ninguém de fora. Entendo a preocupação do deputado Neno, quando apresentou esta lei. Devemos respeitar sua preocupação e seu desejo, mas é importante ouvirmos todos os atores, todas as pessoas que participam dessa cadeia produtiva do nosso estado. Quero dizer que estou aqui para ouvir, para debater e, dentro do nosso sentimento e da nossa sensibilidade, podermos, juntos, traçar um novo momento para a cadeia produtiva da pesca em nosso estado. Acredito que cada pessoa presente não está aqui por acaso. Temos a responsabilidade de, coletivamente, cuidar do meio ambiente, da fauna, dos peixes e, acima de tudo, de conduzir esse debate com respeito. Percebi que, em alguns momentos, os ânimos ficaram um pouco aflorados, deputados Neno Razuk e Coronel David, mas, compreendo que esse é um sentimento legítimo que está sendo exposto. Tenho certeza de que esta audiência pública será conduzida com respeito e com a qualidade necessária para todos os depoimentos e falas desta tarde. Nosso objetivo é sair daqui com a certeza de que garantimos a cada cidadão sul-mato-grossense envolvido na cadeia produtiva da pesca o direito de se manifestar e expressar seu parecer para, juntos, traçarmos uma lei que realmente atenda a todos, sem excluir ninguém desse processo.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT. E já quero, deputado, passar a Vossa Excelência a sua saudação para expor...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, pedi pela ordem para fazer outra proposição.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Pois não.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Audiência pública vem do ato de ouvir o público; portanto, acho que ouvir a coordenadora da frente parlamentar já nos bastou. Devemos ouvir o público, e, portanto, que se estabeleça o critério das inscrições para depois, presidente.

DEPUTADO NENO RAZUK - PL (proponente) — Pela ordem, senhor presidente. O deputado Zeca do PT escutou, foram estabelecidos os critérios. Não, deputado, o senhor sabe que já foram estabelecidos; eles vão ter direito à fala, e mais cinco pessoas de cada lado também vão falar. A gente combinou tudo lá atrás. Agora, jogar para o público?... Não, deputado, por favor.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, quero concluir a minha questão de ordem.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Deputado Zeca do PT...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu estou pedindo, com todo o respeito à mesa, a Vossa Excelência, que nos permita, pois já ouvimos a coordenadora e a mesa. Vamos, então, ouvir os maiores interessados e, depois, os deputados podem falar ao longo do debate. Pronto!

DEPUTADO NENO RAZUK - PL (proponente) — Aqui está cheio de técnicos! Pela ordem!

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Pela ordem, aqui. Só um minuto, deputado. A audiência pública tem um script, deputado Zeca do PT, que estou seguindo aqui como presidente, e, neste momento, é o momento de uma breve saudação dos deputados, de um minuto. Se os deputados não quiserem fazer a saudação, vamos passar para a próxima etapa. Mas eu sigo o script aqui. Um minuto de saudação do deputado.

DEPUTADO NENO RAZUK - PL (proponente) — Eu queria pela ordem...



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — Pela ordem, o deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK - PL (proponente) — Foi aberto e foi passado ao gabinete dos deputados que todo mundo que tinha direito de se inscrever e todo mundo que queria falar poderia se inscrever. Abrimos para todo mundo, e tudo o que foi encaminhado pelo gabinete do deputado Zeca do PT foi repassado para a deputada Gleice Jane. Agora, se não se inscreveram e esperaram chegar aqui para jogar para o público, eu peço que seja respeitado o script. Aqui, temos uma ordem a ser seguida. É uma audiência pública e todos têm direito. Foi combinado entre todos que poderiam se pronunciar, mas, se ficarmos aqui debatendo... Há pessoas técnicas indicadas por ambas as partes que precisam ser ouvidas, e isso deve ser respeitado. Então, por favor, vamos seguir o cronograma sem fazer politicagem.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu transfiro a minha inscrição para depois, e sinto, sinceramente, que a gente tenha que conviver com quem não conhece a democracia. Pronto.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane, para uma breve saudação na palavra aberta, deputada. No final da audiência, depois de ouvir os pescadores, poderemos retornar.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Boa tarde a todas as pessoas presentes. Primeiro, parabeno a Casa e o deputado Neno Razuk, que está propondo esta audiência, por abrir esse debate e permitir que todas as pessoas se manifestem. Vejo que temos um projeto bastante polêmico, que precisa de muito debate, e que precisa ser aprofundado em vários aspectos para que não corramos o risco de errar, especialmente em relação ao meio ambiente e à forma como as pessoas vivem economicamente desse processo. Nesse sentido, como estaremos invertidos e falaremos antes, eu gostaria de fazer algumas provocações neste um minuto, já questionando para que possamos aprimorar o debate neste processo. Neste debate, é preciso sabermos, inclusive com o Imasul, que está aqui presente, como está sendo feito o monitoramento do nível de água do rio Paraná. Tenho ido aos rios e acompanhado de perto. Estamos discutindo aqui sobre o peixe, mas antes do peixe, há uma questão primordial, que é o rio. Sem rio, não há peixe. Então, é importante saber por que os rios estão secando e como o Estado tem feito esse acompanhamento. Sabemos que temos rios contaminados com agrotóxicos. Eu gostaria de propor que chamássemos a Embrapa para este debate, pois também tem feito um acompanhamento. Digo que, se quisermos proteger os rios e os peixes, precisaremos de um grande debate e enfrentamento sobre a forma econômica que o Estado de Mato Grosso do Sul vivencia neste momento. Precisamos saber se as nossas nascentes estão sendo protegidas, ou se



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

o modelo econômico está destruindo tudo. Acredito que este é um debate que precisa ser mais aprofundado e espero que tenhamos respostas do Governo do Estado sobre como está sendo feito o monitoramento da proteção ao meio ambiente, das nascentes dos rios, e por que os rios estão secando. Quais são as alternativas que o Imasul tem adotado nesse sentido? Obrigada.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Daqui a pouco. Vamos cumprir o script: saudação, apresentação da lei para que vocês saibam o que consta na lei que o deputado Neno Razuk apresentou, e, assim, sabendo da lei, poderão opinar. A palavra será aberta em seguida. Agora, uma breve saudação do deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados propositores, membros da mesa, deputados representantes da categoria dos pescadores, demais representantes de outras categorias, prefeito aqui presente e vereadores. Senhor presidente, rapidamente, minha saudação e uma breve fala. Primeiro, também entendo que audiência pública é uma audiência expositória; estamos aqui para ouvir, mas há um script que foi traçado para a audiência pública, e estamos aqui também para cumprir aquilo que foi determinado pela Mesa Diretora. Nas minhas breves palavras, quero dizer o seguinte, senhor presidente: fica claro, nesta discussão inicial, que esta é uma questão que envolve múltiplos fatores. Não dá para se discutir apenas uma lei suspendendo a pesca; temos que discutir, de fato, a questão ambiental. Precisamos discutir a questão relacionada ao assoreamento dos rios. Além disso, há uma questão importante, que até hoje não tem uma discussão técnica, que é a percepção da redução do estoque pesqueiro dos nossos rios, principalmente os do Pantanal. Isso ocorreu logo após a proibição da caça do jacaré no Pantanal, o que fez aumentar muito a população de jacarés, que consomem um volume considerável de peixe. Com isso, reduziu-se muito o estoque pesqueiro. São algumas considerações que estou fazendo, porque acho que isso tudo tem que estar envolvido dentro de um estudo. Acho que é importante a discussão, é importante o projeto, mas, entendo que precisamos realmente de um aparato técnico-científico para tomarmos uma decisão segura que atenda a todas as expectativas. É só isso, senhor presidente.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — Com a palavra, o vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA – PL (vice-presidente da Comissão Permanente de Meio Ambiente) — Boa tarde, senhor presidente e todos presentes aqui. Em primeiro lugar, parabênizo os deputados Neno Razuk e Coronel David, por trazerem este projeto e por nos ajudar a alavancar essa discussão em nosso estado sobre a pesca. Concordo com a deputada Gleice Jane e com o deputado Junior Mochi, porque a questão aqui não é só a pesca. Antes de tudo, precisamos discutir os rios, o assoreamento, os agrotóxicos; os nossos rios estão secando, o lixo que é descartado nos rios causa uma situação gravíssima. Acho que esta Casa também deve trazer, deputado Renato Câmara



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

— nosso presidente da Comissão do Meio Ambiente —, todas essas discussões. E é claro que precisamos equilibrar o que estamos decidindo neste projeto com o que ele pode causar nas famílias dos pescadores, pois eles vivem disso. O Governo do Estado, aqui representado, poderia criar algum programa que fosse suficiente, também, para que, nesses períodos em que não é permitido pescar, esses pescadores tenham a sobrevivência. No Estado de Mato Grosso, criou-se a Guarda Ambiental, na qual cada pescador recebe um salário mínimo como ajuda. Acho que o Governo também deve pensar nessas famílias que vivem da pesca. Acho que é importante isso e, antes de tudo, quero dizer que não estamos aqui para prejudicar ninguém: nem o turismo, nem a cultura da pesca, e muito menos os pescadores que vivem disso. Estamos aqui para que, unidos, possamos chegar a uma conclusão. Vamos ouvir, porque viemos aqui hoje para ouvir a todos. Obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Para sua breve saudação, representando o Governo do Estado, ex-deputado João César Mattogrosso, diretor executivo do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (Detran/MS).

SENHOR JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (diretor executivo do Detran/MS) — Quereria cumprimentar o presidente desta audiência, deputado Renato Câmara, parabenizar os amigos deputados Neno Razuk e Coronel David pela coragem de trazer esse tema para esta Casa, que é a casa do povo, onde se decidem as legislações. É mais do que importante essa discussão ampla de um tema tão sério. Não existe solução fácil para problemas complicados. Então, é algo em que esta Casa vai precisar se debruçar de maneira técnica, mas, acima de tudo, de maneira responsável, para que Mato Grosso do Sul consiga, nos próximos meses, ou daqui a algum tempo, ter uma legislação que abrace todos. Afinal, essa talvez seja uma das maiores bandeiras do Governo do Estado: não deixar ninguém para trás. Aqui, estamos falando de algo ambiental, de meio ambiente, estamos falando de responsabilidade social, fiscal, da imagem do nosso estado. Em pleno 2025, estarmos falando aqui sobre captura de peixe é algo relevante. No entanto, não podemos esquecer daqueles que vivem da pesca. Aí, eu discordo, com o maior respeito, do Marcelo Heitor sobre a quantidade de pescadores profissionais. Mas esse é um tema que acredito que devemos colocar também — como ele disse — com a academia, em todos os estudos. Não podemos esquecer uma coisa que é fato: hoje, o turismo de pesca em Mato Grosso do Sul alavanca várias cidades. Vemos sul-mato-grossenses saindo daqui de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, pagando caro — e muito caro — para ir à Amazônia ou à Argentina em busca da captura de grandes espécies. E não podemos permitir que Mato Grosso do Sul retroaja. Eu espero que esta Casa tenha — e tenho certeza de que terá — a sensibilidade de apresentar um projeto que contemple a todos. Muito obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Seguindo a programação, agora peço para passar o vídeo sobre o evento [exibição de vídeo]. Seguindo a programação, passamos à apresentação do tema e do projeto de lei,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

que será explicado para vocês antes das demais considerações. Quero convidar o senhor Henrique Xavier para fazer a explanação. Ele disporá de dez minutos para a apresentação. Agradeço a presença de todas as lideranças, da Associação de Pesca Esportiva de Rio Brilhante (Aperb), da Pró-Rio e de tantos outros representantes que estão aqui hoje.

SENHOR HENRIQUE XAVIER (jornalista) — Minha saudação a todos. Em nome do presidente, cumprimento todos os presentes, incluindo os deputados aqui reunidos. Eu começo com uma frase da comunicação: "Uma imagem fala por mil palavras". O deputado nos convidou para produzir o vídeo, mas, infelizmente, ele entrou um pouco cortado. Revisitamos todos os locais onde essas imagens foram feitas nos anos 1990; hoje, isso não existe mais. Também pesquisamos em diversas redes sociais e não encontramos mais um cenário com a grandiosidade que registramos naquela época. O vídeo mostra que o projeto busca resgatar esse cenário. Atualmente, nas mídias e até na própria imprensa, não há mais tanta oferta de pautas focadas na pesca. Fiz alguns breves apontamentos sobre pontos relevantes. Eu vou ser bem breve. A medida visa preservar os estoques pesqueiros, impulsionar o turismo de pesca esportiva e recuperar a atratividade do estado. A lei torna a pesca no estado um destaque, atraindo mais turistas. Com essa política, Mato Grosso do Sul avançará na conservação do ecossistema. Observo, como o próprio vídeo mostrou, uma boa expectativa de diversos setores sobre o resultado deste projeto. O projeto também contempla que o pescador profissional e o pescador artesanal continuarão exercendo seu ofício, observando as espécies de peixes elencadas. A preservação dos recursos naturais em Mato Grosso do Sul é fundamental para que o estado siga sendo uma referência em pesca esportiva e turismo sustentável. A pesca consciente mantém o equilíbrio ecológico e fortalece a economia local, gerando empregos e atraindo visitantes. Eu me despeço [trecho inaudível]...

DEPUTADO RENATO CÂMARA - PL (vice-presidente da ALEMS) — Por favor, vamos manter a ordem e dar a oportunidade para a palestra do senhor Henrique Xavier.

SENHOR HENRIQUE XAVIER (jornalista) — Eu me despeço, lembrando que, neste ano, o Brasil vai sediar a COP 30. O evento tratará do clima, mas, temos um pensamento confortável de que o nosso estado será exemplo, porque aqui temos gestores, parlamentares, segmentos e comunidades, todos com um só pensamento: fortalecer a sustentabilidade. Que venham boas pautas!

DEPUTADO RENATO CÂMARA - PL (vice-presidente da ALEMS) — Dando continuidade ao tema "Defesa da Pesca Profissional com Embasamento Técnico e Conhecimento Prático de Pesca", convido o pescador Pedro Jovem dos Santos, presidente da Federação de Pescadores e Aquicultores do Estado de Mato Grosso do Sul (Fepea/MS).

SENHOR PEDRO JOVEM DOS SANTOS JÚNIOR (presidente da Fepea/MS) — Boa tarde, senhor presidente. Em nome do presidente da comissão, quero agradecer a todos os deputados e deputadas aqui presentes, assim como a todos os pescadores e



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

pescadoras, tanto profissionais quanto amadores, e aos donos de comércio que se fazem presentes nesta audiência. Primeiramente, quero saudar os municípios e regiões que aqui estão representados. Agradeço a presença de representantes de Corumbá, Ladário, Miranda, Aquidauana, Anastácio, Bonito, com Águas do Miranda, Palmeiras, Piraputanga, Porto Murtinho, Fátima do Sul, Itaquiraí, Ivinhema, Naviraí, Angélica, Coxim, Paranaíba, Três Lagoas, Aparecida do Taboado, Campo Grande, Rochedo, Corguinho, Itaporã, Dourados, Salobre, Passo do Lontra e Nioaque. Muito obrigado a todos os senhores que estão aqui em defesa dos seus direitos, os quais estão querendo nos tirar. Quero agradecer a presença de todos, ao convite do deputado, e dizer o seguinte: um projeto dessa magnitude, com esse impacto, antes de ser apresentado ou de chegar a uma audiência pública, deveria passar por um levantamento detalhado para avaliar as consequências para as famílias de pescadores que temos no estado e para o nosso comércio em geral. Desde 2019, o nosso comércio da pesca amadora vem se acabando, fechando as portas e mandando funcionário embora com dificuldades. Quem dá lucro ao turismo da pesca nesse estado é a pesca amadora. O pescador amador se organiza e se prepara para ficar uma semana, duas semanas no rio pescando, e gasta seu dinheiro no município onde está. Ele não vai cedo lá pescar esportivamente e volta à tarde para casa. Esse pescador realmente deixa o recurso nos nossos municípios. Temos aqui, inclusive, o gráfico do Imasul, que podemos relatar. Em 2019, tivemos vinte e quatro mil, oitocentos e quarenta e cinco licenças de pesca desembarcada, que são os pescadores de barranco; cinquenta e sete mil, quinhentas e seis licenças de pesca embarcada, que são os pescadores amadores; e novecentas e vinte e duas da pesca esportiva, o famoso pesque e solte. No total, foram noventa e quatro mil, quatrocentas e sete emissões de licença de pesca limitada em 2019. Em 2020, já com o decreto Cota Zero, tivemos quatro mil e trinta e duas licenças de pesca desembarcada emitidas; vinte e seis mil, quinhentas e quarenta e quatro de pesca embarcada; três mil, setecentos e trinta e uma de pesque e solte, totalizando trinta e sete mil e vinte e cinco carteiras limitadas. O turismo de pesca no nosso estado caiu mais de 60%. Agora, como dizer que a pesca esportiva é o motor propulsor deste estado? Eu não consigo entender essa matemática. Não entendo como essa pesca tão pequena pode dar condições de gerar trabalho para mais de oito mil famílias. Por isso, deveria ter sido feito um levantamento para ver o tamanho do problema que a Lei nº 275/2024 trará para essas famílias, problema social e desemprego. Precisamos, primeiro, deputado, cuidar dos nossos rios. Onde não há rio com água de qualidade, onde há rio assoreado, onde há rio envenenado, como o rio Dourados, que o senhor tanto fala, com mais de quatro tipos de envenenamento naquele rio... E nós estamos com o rio Miranda com água imprópria para consumo, tudo vindo através do rio Santo Antônio. É com isso que devemos nos preocupar. Temos exemplos no nosso estado, deputado Zeca do PT: o rio Taquari, que se aterrou e nunca mais ninguém recuperou. É a mesma coisa que acontecerá com os outros, se não tomarmos providências urgentes para a recuperação dos nossos rios. Então, acho que o passo primordial que devemos dar é recuperar os rios, recuperar a água, para que possamos ter peixe. Agora, quero dizer aos senhores que os pescadores são taxados como depredadores, mas queremos afirmar que o pescador profissional tem uma legislação, e respeita a legislação do estado.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) —
Pessoal, vamos ouvir o Pedrinho da Ponte. Esse é um assunto muito interessante. Vamos prestar atenção à fala do nosso representante.

SENHOR PEDRO JOVEM DOS SANTOS JÚNIOR (presidente da Fepea/MS)
— Obrigado, deputado. Se não quer ouvir a verdade, vai embora; é só fazer isso! Quero dizer, aqui, deputada Gleice Jane e deputado Junior Mochi, que as colônias de pesca são milenares e nós não temos nenhum tipo de convênio, nem com a prefeitura, nem com o Governo do Estado, nem com o Governo Federal. Vivemos exclusivamente do nosso trabalho, não dependemos de governo nenhum; nem vivemos pedindo cesta básica nas prefeituras. Trabalhamos e vivemos disso. Então, gostaria de explicar para vocês que somos protegidos pela Constituição, no seu artigo oitavo, e temos uma lei própria, a Lei nº 11.699/2008, criada pelo presidente Lula, então é preciso entender que merecemos respeito. Não somos apenas uma categoria sem liderança; todos nós temos liderança, e temos uma confederação nacional, temos vinte e sete federações no Brasil, além das colônias no município. Portanto, temos representatividade e precisamos ser respeitados. Somos a favor de que todos os estudos sejam feitos de forma técnica e cientificamente comprovadas, respeitando a questão do peixe, que está em foco. Não podemos aceitar, deputada, leis e decretos baseados em achismos. A Lei do Dourado é um exemplo: foi aprovada sem embasamento técnico. Não existe nenhum estudo que comprove sua eficácia. A medida máxima foi estabelecida por decreto sem fundamentos científicos. Segundo os técnicos, um estudo para determinar a medida correta do peixe leva de dez a quinze anos, pois o Estado nem sequer dispõe de ferramentas para esse tipo de pesquisa. Quero deixar claro que somos contra o decreto e contra esse projeto de lei por um motivo: ele trará prejuízos à nossa categoria. Além disso, o projeto não apresenta nenhuma viabilidade ou responsabilidade quanto à subsistência dessas pessoas. O governo não oferece nada em benefício dos pescadores, apenas impõe restrições. Para encerrar, gostaria que fosse exibido um vídeo que eu trouxe para complementar nossa argumentação [Exibição de vídeo]. Então, pessoal, vocês acabaram de ver um vídeo e podem analisar quem são os verdadeiros depredadores dos nossos rios e das nossas espécies. Sei que meu tempo já se esgotou, mas, quero destacar um ponto: o material usado nessa pesca é caracterizado como pesca predatória. A garateia é proibida por lei; está no Decreto nº 15.166, artigo 12, mas continua sendo utilizada sem que nenhuma providência seja tomada. A Polícia Ambiental sabe disso, conhece a situação, vê esse crime acontecendo todos os dias nos rios e, mesmo assim, nada é feito. Portanto, essa prática não pode ser chamada de pesca esportiva. Trata-se de uma pesca de arrasto, onde o peixe é puxado pelo meio do corpo ou pelo rabo, sem ser fisgado pela boca. Essa prática é predatória, representa maus-tratos aos animais e, além disso, é criminosa, pois resulta na morte dos peixes, como vocês puderam ver no vídeo. Quero ainda destacar as palavras do colega que falou aqui no Plenário, de que ninguém pode contestar as imagens. Elas falam por si mesmas. E essa é a resposta que deixo para vocês. Muito obrigado.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Dando continuidade, seguindo o script, vamos para a fala do professor Fernando Rogério de Carvalho, titular da Conpesca da UFMS, que disporá de dez minutos para o seu pronunciamento.

SENHOR FERNANDO ROGÉRIO DE CARVALHO (titular da Conpesca/UFMS) — Minha cordial saudação a todas e a todos. Em nome do deputado Renato Câmara, cumprimento as demais autoridades. Esse não é um ambiente que eu estou acostumado a lidar, enquanto técnico, enquanto professor da universidade, mas, vim apresentar uma análise extremamente técnica sobre o projeto de lei que está sendo apresentado pelo deputado Neno Razuk, sobre a pesca em Mato Grosso do Sul. Antes de fazer uma análise, acho muito importante que os termos técnicos sejam respeitados, porque é assim que ganhamos notoriedade naquilo que queremos deixar em evidência. Então, quero apresentar aqui alguns conceitos técnicos importantes em hidrografia, ecologia e nomenclatura zoológica que embasam qualquer projeto do ponto de vista biológico. O estado de Mato Grosso do Sul tem suas drenagens em duas bacias hidrográficas distintas, a bacia do Alto Rio Paraná, que compreende 47,5% da área do estado, e a bacia Hidrográfica do Alto Rio Paraguai, que compreende 52,5%. Então, o Estado de Mato Grosso do Sul não é só Pantanal, metade do estado é Bacia do Paraná e metade é Bacia do Paraguai, nós temos 47,5% da bacia drenada para o Paraná. Então, a fauna, a ictiofauna dessas bacias, ou seja, a fauna de peixes dessas bacias são diferentes, elas evoluíram, historicamente, milhões de anos separadas, elas têm características biológicas diferentes, eu não posso tratar da mesma forma os peixes em cada uma das bacias. Esses são conceitos importantes e há mais: quando pensamos na manutenção da vida no planeta, os conceitos de conservação e preservação sempre são evocados. Quando a gente fala em preservação, o conceito de preservar é proteger todos os recursos naturais e seus organismos biológicos sem qualquer interferência humana, ou seja, não há qualquer uso ou exploração dos recursos quando falamos em preservação. Um local preservado é totalmente intocável, de modo que o impacto é mínimo, quer dizer, não tem nem impacto, não tem interferência humana. Então, conservar é usar os recursos do ambiente de modo que o impacto seja mínimo, então tudo aquilo que a gente faz em 99% das vezes é conservação, e não preservação. Quando for usar esse termo, tem que usá-lo adequadamente, por que nós estamos fazendo conservação e não preservação. O terceiro esclarecimento técnico. Quando nos referimos às espécies biológicas, que são entidades evolutivas transtemporais, segundo Amorim (2007), o Sistema Binominal de Lineu (1758), estabelece que todos os organismos vivos devem ser reconhecidos mundialmente por seu nome científico. Quando a gente fala o nome popular de qualquer animal, planta ou organismo biológico, não conseguimos reconhecer, nesse nome popular, a entidade que ele representa biologicamente. Por isso, temos regras para o uso dos nomes científicos. Todo nome científico é binominal, composto por dois termos: o gênero, escrito com inicial maiúscula, e seu epíteto específico, escrito com inicial minúscula, seguido da autoridade taxonômica, ou seja, quem descreveu a espécie. Somente o nome científico válido pode representar a espécie em qualquer instrumento que a ele se referir. Fiz esse preâmbulo

porque isso é bastante importante quando estamos redigindo um documento, principalmente um documento técnico, pois esses erros comprometem a validade de muitos deles. Quando submetemos um projeto científico, cada parte dele é analisada, e se houver erro, o documento é devolvido rapidamente. Dito isso, passo agora à análise das espécies de peixes apresentadas no PL 275/2024. Em sua primeira versão, o projeto apresentava vinte e sete nomes populares de peixes que, na realidade, representavam mais de quarenta espécies. Isso ocorre porque o nome popular não corresponde a uma espécie; nome popular é um apelido, enquanto o nome científico é a identificação precisa. Na primeira versão do PL, havia mais de quarenta espécies válidas, incluindo espécies exóticas para as bacias do Alto Paraná e Alto Paraguai, além de uma espécie que não ocorre no estado de Mato Grosso do Sul, a cachara *Pseudoplatystoma fasciatum*, além de um híbrido. Vários táxons foram mencionados nessa primeira lista com identificação apenas do gênero. Por exemplo, *Pseudoplatystoma* sp. Que espécie é essa? Ainda há referência a grupos de espécies de determinado gênero, como *Astyanax* spp. Quais são as espécies de *Astyanax* spp. no estado de Mato Grosso do Sul, na bacia do Paraná e na bacia do Paraguai? O uso das abreviações *sp.* e *spp.* tem significados diferentes; *sp.*, do latim *species*, indica que a espécie não pode ser reconhecida como nenhuma das conhecidas para aquele gênero e, portanto, permanece sem identidade específica; *spp.* se refere a um grupo de espécies dentro de um determinado gênero. Na emenda substitutiva do PL, apresentada recentemente, em 2 de fevereiro, aparecem outras abreviaturas, como *ssp.*, que se refere a uma subespécie de uma espécie. Isso gerou uma enorme confusão no uso correto dos termos, sem mencionar a transcrição incorreta dos táxons. No PL 275/2024, não há qualquer justificativa para a inclusão das espécies que serão proibidas de transporte, armazenamento e comercialização oriundas da pesca em rios de Mato Grosso do Sul. Na emenda substitutiva, agora são treze nomes populares para doze espécies, além de um gênero sem definição específica, *Prochilodus* ssp., que se refere ao peixe curimba. Então, trago aqui — visto que meu tempo já está terminando — todas essas inconsistências de nomes científicos, pois fica difícil saber de qual unidade biológica essa lei está tratando. Considerando espécies válidas, esse projeto, nessa nova emenda, agora menciona oito espécies válidas, sendo sete nativas da bacia do Paraguai e seis nativas da bacia do Paraná. As espécies piracanjuba (*Brycon orbignyanus*), jurupensem (*Sorubim lima*), jurupoca (*Hemisurubim platyrhynchos*), piavuçu (*Leporinus macrocephalus*), palmito (*Ageneiosus brevifilis*) e barbado (*Pinirampus pinirampu*) são nativas da bacia do Paraguai, mas ocorrem também na bacia do Paraná, onde são consideradas exóticas, pois não são nativas dessa bacia. Essas espécies não ocorrem no rio Paraná, então, são espécies exóticas. Muito bem. Só para finalizar, o problema da diminuição dos estoques pesqueiros nos rios de Mato Grosso do Sul e do Brasil está associado às alterações dos ambientes aquáticos. Essas modificações ocorrem devido à construção de hidrelétricas, à poluição intensa dos centros urbanos, à alta concentração de agrotóxicos nas águas, ao desmatamento desenfreado, ao assoreamento dos leitos dos rios e à erosão genética causada por piscicultura sem critério, entre outros impactos. Dessa forma, sugerimos que as discussões referentes a peixes e pescadores sejam encaminhadas ao Conselho Estadual de Pesca (Conpesca), órgão deliberativo do Estado de Mato Grosso do Sul



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

responsável por regular a pesca. Não podemos permitir que, em pleno século XXI, decisões importantes sejam tomadas com base em elucubrações e idiosincrasias. Não podemos sacrificar milhares de sul-mato-grossenses que serão afetados por esse projeto de lei, em prol de alguns que vêm apenas para desfrutar dos recursos naturais, sem qualquer vínculo com esta terra. Muito obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — Dando continuidade, com a palavra, ouviremos agora a pescadora profissional Maria Antônia Poliano, presidente da Colônia de Pesca Z-10, de Fátima do Sul. Ela disporá de dez minutos.

SENHORA MARIA ANTÔNIA POLIANO (presidente da Colônia de Pesca Z-10, de Fátima do Sul) — Senhoras e senhores, boa tarde. Em nome do deputado Renato Câmara, quero cumprimentar a mesa, os demais presentes, a deputada Gleice Jane, o deputado Zeca do PT e todos os vereadores, incluindo os onze vereadores de Itaporã, que vieram acompanhados de nossos pescadores. Deputado Neno Razuk, vejo o senhor falar tanto no rio Dourado. O senhor enche a boca quando menciona o rio Dourado. Creio que o senhor trouxe esse tema para debate, mas eu falo com experiência. O deputado Renato Câmara sabe quantos documentos já enviei para ele. Não estou aqui falsificando nada, nem tentando justificar, como vejo acontecer por aqui. Isso aqui, deputado, eu vou entregar para o senhor ver. Eu perguntei no seu Instagram se o senhor realmente conhece o rio Dourado. Se quiser, posso enviar mais de dois mil vídeos que tenho sobre nossos rios. O rio Dourado se une ao rio Brilhantinho, formando o rio Brilhantão. O Brilhantão, por sua vez, se une ao rio Vacaria, formando o rio Ivinhema. O Ivinhema é o coração e o pulmão de todos os nossos rios, mas está morrendo. A barragem está com as comportas fechadas desde 2020, e até hoje ninguém apareceu para propor um projeto. Faça como a deputada Gleice Jane: vá até lá, como ela fez três vezes, para ver a nossa realidade. Deputado Neno Razuk, eu estava sentada ali, observando o tom irônico do senhor. Isso é decepcionante. Nós somos seres humanos. O senhor foi eleito pelo povo e não pode humilhar as pessoas dessa forma. Para provar o que estou dizendo, eu gostaria que o senhor respeitasse os estudos feitos na bacia do rio Paraná e as denúncias que tenho aqui. São denúncias criminais contra a barragem e mais de quatrocentos vídeos que mostram a realidade. Isso aqui não é mentira, como o senhor sempre afirma. O senhor gosta de dizer que nós, pescadores, estamos mentindo, mas não estamos, deputado. Eu gostaria muito de sentar com o senhor e mostrar toda a realidade, mas o que percebo é que o senhor não olha para os pobres, não os atende. O senhor está sendo irônico. Não, não... Enquanto eu falava ali, o senhor estava rindo. Quero que o senhor tenha humildade e receba esses documentos, porque não é falsidade, é a verdade. Obrigada.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — Dando continuidade, convido o doutor Fábio Sussel para apresentar o tema "Pesca de Subsistência, Pesca Comercial, Pesca Esportiva e Conservação Ambiental." O doutor Fábio é biólogo e zootecnista, formado pela Universidade Estadual de Maringá, mestre pela Unesp



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

de Botucatu e doutor pela USP de Pirassununga. Atualmente, é pesquisador científico do Instituto de Pesca de São Paulo. O senhor disporá de dez minutos para sua apresentação.

SENHOR FÁBIO SUSSEL (pesquisador científico do Instituto de Pesca de São Paulo) — Boa tarde, nobres deputados. Boa tarde a todos. É uma grande honra colocar meu conhecimento e minha expertise como pesquisador científico do Instituto de Pesca de São Paulo a serviço desta importante discussão. Agradeço pelo convite e pela oportunidade de estar aqui. Sem mais delongas, preparei para vocês uma apresentação fria e racional. Estou aqui como servidor público, e não apenas como servidor do Estado de São Paulo, mas do Brasil como um todo, de forma extremamente imparcial. Não falarei em nenhum momento sobre esta lei ou sobre outras leis. Meu objetivo é apresentar dados e informações para que vocês tirem suas próprias conclusões e façam as correlações necessárias com o que está sendo discutido. Uma curiosidade: eu não conhecia pessoalmente ninguém aqui. Alguns eu conhecia pelas redes sociais, outros me conhecem do tempo da Fish TV, mas, pessoalmente, não conhecia ninguém. Portanto, não tenho interesse pessoal algum. Aliás, minto, tenho sim um interesse pessoal: trazer minha família, minha filha, para pescar nos rios de Mato Grosso do Sul e ter a oportunidade de capturar um exemplar, assim como eu fazia quando tinha dez anos e meus tios me traziam para cá. Considerando que já estou chegando aos cinquenta anos, isso foi há quarenta anos. Quero proporcionar essa experiência para minha filha e minha esposa. Confronto, conflito e consenso. Esses termos foram bastante mencionados no início da discussão. Confronto é guerra, e na guerra ambos os lados perdem. Não vim aqui para confrontar, mas para conflitar ideias e opiniões, de forma respeitosa, com a intenção de encaminhar para um consenso. Quando a grande mídia diz que há um "conflito armado" no Oriente Médio, na verdade, trata-se de um confronto, onde ambos os lados estão perdendo. Meu posicionamento aqui é trazer o conflito de ideias, mas sempre com respeito e buscando um consenso. A importância dos múltiplos usos dos corpos hídricos deve ser considerada. A água é um bem público e deve respeitar o direito de diversas atividades, como a pesca comercial, a pesca profissional, a pesca esportiva, a pesca amadora, os esportes náuticos e até o lazer em praias e a geração de energia elétrica. Todos esses fatores precisam ser contemplados e discutidos para encontrar o melhor equilíbrio. A pesca de subsistência, especialmente para comunidades ribeirinhas, quilombolas e povos indígenas, precisa de amparo e assistencialismo. Não tenho dúvidas disso. É dever do Estado proporcionar esse apoio e, inclusive, buscar oportunidades de parceria com a pesca esportiva, como ocorre em comunidades indígenas, onde há uma colaboração mútua entre os interessados. Sobre a pesca comercial, existem diversas modalidades e formas de classificação. De maneira breve e objetiva, podemos dividi-la em três partes: alto-mar, também conhecida como pesca industrial, com barcos de grande porte, que comportam milhares de toneladas de pescado; a pesca costeira, na água salgada; e a pesca continental, praticada em água doce. Como o foco aqui é a pesca continental, é importante entender a diferença entre as diversas bacias que temos, como bem colocou o professor Fernando. Eu, seja como pescador amador, seja como pesquisador do Instituto de Pesca, tive a oportunidade de conhecer absolutamente todas essas bacias e algumas de suas particularidades. No meu entendimento, na minha leitura,

na minha forma de analisar como técnico e como pessoa que esteve em todas elas, eu não vejo a abundância de peixes para serem explorados comercialmente nas bacias dos rios Paraguai, Paraná, São Francisco e Araguaia/Tocantins. A bacia Amazônica é outra história; ela tem uma forte influência do mar, e ali há volume de peixe que justifique uma pesca comercial. A proteína aquática é a proteína animal mais consumida no mundo. Eu, como zootecnista, tenho muito orgulho de trabalhar com a proteína mais consumida no mundo. Mas de onde vem essa proteína aquática? Se o objetivo da pesca comercial, seja em água salgada ou doce, é prover alimentos para a sociedade, nada mais pertinente do que analisarmos a real contribuição dessa atividade [Apresentação de eslaides]. Como vou usar esse gráfico em vários dos próximos quatro slides, é importante já explicá-lo. Esta é uma publicação bianual da FAO, de 2024, que retrata os números de 2022. Em azul claro, na parte de baixo, temos a pesca em água salgada; em azul-marinho mais intenso, no meio, temos a quantidade pescada em água doce. O rosa significa a aquicultura marinha, enquanto o vermelho representa a piscicultura de água doce. A coluna final, toda em vermelho, representa a quantidade total capturada e cultivada: cento e oitenta e cinco milhões de toneladas. A proteína de suínos, a segunda mais consumida no mundo, fica em torno de cento e quarenta a cento e cinquenta milhões de toneladas. Portanto, a proteína aquática tem uma grande vantagem. Vejam a importância da proteína aquática para a alimentação da sociedade mundial. Quando olhamos para a pesca marinha, constatamos que, de 1988 a 2022, ou seja, em trinta e quatro anos, ela está estagnada. Percebam que ela subiu e desceu, mas não cresceu; manteve-se estagnada por trinta e quatro anos, com uma média de oitenta milhões de toneladas por ano. Isso é importante, considerando o aumento de 300% na pressão de captura, com barcos equipados com GPS, sonar para identificar cardumes, redes mais altas e barcos equipados com câmaras frigoríficas. As engenharias de pesca são a favor das estratégias, então a pressão aumentou, mas a quantidade retirada é a mesma, em trinta e quatro anos. E a pesca continental, a pesca de água doce, manteve-se estagnada em onze milhões de toneladas, sem uma expectativa real de crescimento desse volume capturado. Quando olhamos para a aquicultura, a produção de organismos aquáticos, vemos um crescimento de 332% nesse mesmo período. Notem que o rosa está crescendo, e o vermelho está crescendo ainda mais. Se o objetivo é prover alimentos para a sociedade, não faz sentido termos expectativas de que esses alimentos virão da pesca. A tendência é que a pesca se mantenha estagnada nos próximos anos, se não houver medidas corretivas. Portanto, temos que olhar para a proteína aquática como sendo da aquicultura, ou seja, é grande a responsabilidade da aquicultura em água doce. Pensando na piscicultura de água doce, a piscicultura comercial no Brasil tem seu berço aqui em Mato Grosso do Sul, a setenta ou oitenta quilômetros de nós, em Terenos, no Projeto Pacu. Foi ali que nasceu a piscicultura com viés comercial. Até então, tínhamos apenas criadores de peixe; hoje, temos piscicultores; e foi o Projeto Pacu quem imprimiu essa característica de cultivar proteína aquática. Faz sentido a criação de políticas públicas para fomentar e incentivar a pesca comercial em água doce, diante daqueles números que mostrei, comparados com outras opções de fornecimento de proteína aquática? Nossos rios possuem estoque pesqueiro suficiente para justificar esse tipo de extrativismo? Do ponto de vista de conservação da fauna nativa brasileira, um pintado não deveria ter a mesma



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

proteção que uma capivara? E o que fazer com as centenas de pescadores que vivem exclusivamente da pesca comercial, aqueles que, de fato, pescam? É obrigação do Estado amparar e propor alternativas. Inclusive, do ponto de vista de alternativas de renda, a pesca esportiva pode ser uma boa saída. Pesca esportiva é o segundo hobby mais praticado no mundo, só perde para o aquarismo, que também está diretamente relacionado com peixes. Em água doce, a pesca esportiva financeiramente movimenta mais do que a pesca comercial. Sustentabilidade: peixe vivo vale mais; peixe morto, no freezer, não se reproduz. É uma alternativa para uma vida digna para as centenas de pescadores que vivem exclusivamente da pesca. Rapidamente, como o professor Fernando já muito bem colocou, faço questão de enfatizar: preservação ambiental não é a mesma coisa que conservação ambiental; são questões completamente distintas. É importante que os senhores deputados e toda a plateia presente tenham um entendimento claro disso, para não usarem esses termos de forma equivocada. A preservação ambiental, de acordo com o naturalista John Muir, que viveu entre 1816 e 1914, é a ideia de que a natureza existe desde muito antes da ocupação humana e, por isso, deve ser mantida intocada. No caso do Brasil, esse conceito deve ser aplicado somente em unidades de conservação, terras indígenas, parques nacionais, reservas legais e áreas de proteção permanente, que, no Brasil, representam quinhentos e sessenta e três milhões de hectares (66% do território). Eu quero ver algum político defendendo isso na COP 30, que logo acontecerá em Manaus. A conservação ambiental, de acordo com Aldo Leopold, diz respeito à participação humana com harmonia, explorando os recursos naturais de forma sustentável em prol da sociedade.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — Vamos deixar o palestrante finalizar.

SENHOR FÁBIO SUSSEL (pesquisador científico do Instituto de Pesca de São Paulo) — Já estou finalizando. Quanto à conservação ambiental, devemos deixar para as gerações futuras uma natureza igual ou melhor do que aquela que encontramos? Então, não dá para falar em preservação, mas, temos que falar em conservação ambiental e sustentabilidade, que vem do latim "sustentare", ou seja, sustentar, defender, favorecer, apoiar, certo? De preferência, com desenvolvimento a longo prazo, de maneira que os recursos naturais não sejam esgotados. Resumindo: a pesca comercial em água doce está estagnada e pouco relevante em termos de fornecimento de proteína aquática. A aquicultura cresceu 322% nos últimos trinta anos, é um negócio sustentável do ponto de vista ambiental, um caminho sem volta. Não dá para pensar em negócios que não estejam atrelados à sustentabilidade. A pesca profissional em água doce no Brasil, como extrativismo de fauna nativa, isso não me entra na cabeça, e não temos mais peixes em nossos rios. A pesca esportiva sustentável movimenta a economia de diversos setores. Vou finalizar pensando em sustentabilidade ambiental, que deve ser a premissa máxima dessas discussões. A mim, parece mais factível conciliar pesca esportiva com sustentabilidade ambiental do que pesca comercial, como extrativismo, com sustentabilidade ambiental. No caso de Mato Grosso do Sul, gol de placa ao estabelecer tamanho máximo para o abate de algumas espécies. Se fosse somente por tamanho mínimo, tecnicamente chamado de seleção negativa, ao longo



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

dos anos haveria uma tendência lógica de diminuir o tamanho médio da população. É importante priorizar a proteção de espécies-chave para o turismo da pesca. Primeiro, leis e decretos que priorizem a sustentabilidade ambiental dos rios e, depois, ações que visem amparar os públicos diretamente afetados; taxar a pesca esportiva, desde que os recursos sejam revertidos para a sustentabilidade dos rios. Pela atenção dos senhores, obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Seguindo a programação, para fazer sua fala sobre o tema "Benefícios Eficazes e Rentabilidade do Pesque e Solte", convidamos o senhor Maxwell Antunes Maciel.

SENHOR MAXWELL ANTUNES (pescador esportivo) — Atenção no que eu vou falar aqui agora, pois pode mudar a opinião de vocês, principalmente de quem tem dúvida sobre o pesque e solte. Não será enrolação; vou falar um pouco rápido sobre benefícios, eficácia e rentabilidade. Primeira coisa, Transporte Zero resolve? Estou achando muito bonito esse diálogo sobre qualidade da água, desmatamento e outros temas extremamente importantes quando falamos de estoque pesqueiro. No entanto, fico muito preocupado quando esse discurso é utilizado para minimizar a importância da preservação real do estoque pesqueiro, tirando a culpa de uns e colocando em outros. Quando isso acontece, considero esse discurso extremamente vazio. Essas questões ambientais são, sim, relevantes, mas vou provar para vocês que, por si só, não são responsáveis pelo desaparecimento dos peixes. O que acaba com os peixes somos nós. Tanto os pescadores esportivos quanto os profissionais têm responsabilidade sobre o estoque pesqueiro. Existe um exemplo que deu certo? Sim, Goiás, no Rio Araguaia. Você acha mesmo que os estados de Goiás e Mato Grosso resolveram todas as suas questões de desmatamento e qualidade da água? Ainda estão tentando até hoje. Mas, mesmo assim, o peixe no Araguaia voltou. Quando eu era criança, nunca vi uma piraíba. Vinte anos depois da implantação do Transporte Zero, pessoas do mundo inteiro vão ao rio Araguaia para pescar esse peixe. Simplesmente por causa do Transporte Zero. É muito bonito falar de desmatamento, mas usar isso para fugir da responsabilidade de todos é um argumento vazio. O Estado de Goiás e o rio Araguaia são provas de que a medida do Transporte Zero funcionou e trouxe o turismo de volta. Agora, o pesque e solte funciona? Muita gente questiona, dizendo que o peixe sofre e morre. Mas eu tenho um estudo aqui para quem quiser ler. Se alguém preferir, posso enviar em arquivo. É um estudo de Sanches, de 2015, feito com *Salminus brasiliensis* — o dourado — que temos aqui em Mato Grosso do Sul. Esse estudo traz informações importantes. Foram retirados vários dourados da água e contabilizado o tempo que ficaram fora. Quantos morreram após dois minutos? Nenhum. Após cinco minutos? Apenas 5%. Isso é ciência. A verdade pode doer, mas está aqui, comprovada. Agora, você pode estar se perguntando: "Ah, mas será que eles sobrevivem mesmo?" Sim, não apenas sobrevivem, como foram recapturados um, dez, quinze dias depois, sem nenhuma influência sobre o crescimento. Peixes que não foram capturados tiveram o mesmo desempenho de crescimento que aqueles que foram recapturados mais de uma vez. Então, dizer que o pesque e solte mata o peixe, não tem fundamento científico. E se alguém ainda questionar que esses estudos foram feitos em ambiente controlado e não na natureza, eu trago um



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

exemplo real: o pintado 272. Sabe por que chamo esse peixe assim? Em 2022, capturamos esse peixe, que tinha 1,27m. Duzentos e setenta e dois dias depois, ele foi recapturado. Como sabemos que era o mesmo peixe? Ele tinha uma característica única: não possuía o ferrão esquerdo. Além disso, triangulamos as manchas do corpo dele, como uma impressão digital, e confirmamos a identidade do peixe. Esse peixe é mais importante do que vocês imaginam. Sabem por quê? Ele foi capturado com menos de um ano e, nesse período, cresceu mais de dez centímetros. Isso puxa outro ponto: quando dizem que a matriz não reproduz. Você realmente acha que um peixe que cresceu mais de dez centímetros em menos de um ano está no final da vida? Pelo contrário! A curva de nível de crescimento do peixe diminuiu com o tempo, mas um peixe que cresceu dez centímetros em um ano, vai reproduzir em massa, com a genética garantida de sucesso. Aí você acha que o turista vai ao rio Paraguai para pescar um peixe de oitenta centímetros? Claro que não. Vamos fazer uma matemática aqui para vocês. Eu acho que é muito importante. Um peixe de oitenta centímetros, com oito quilos, vai ter aproximadamente... A título de exemplo, para que vocês entendam matematicamente. Vamos falar de matemática: 10% de ovas. Se ele tiver oito quilos, ele terá quantos quilos de ovas? Oitocentos gramas, certo? Um peixe desse que estou mostrando tem aproximadamente vinte quilos. Se ele tiver 10%, quantos quilos estou falando? Dois quilos. Supostamente, se metade disso for infértil, eu ainda tenho dois quilos de ovas. Isso é mais ou menos oitocentas gramas. É matemática, pessoal. Discutir com matemática não tem sentido. Dá um quilo e duzentos gramas. Então, pessoal, agora olhem só. Para finalizar, prestem muita atenção nisso daqui. Vocês já ouviram essa frase: "Peixe vivo vale mais"? Eu vou provar para vocês que vale. Sabe por quê? Prestem atenção. Eu vou pegar o exemplo dessa operação de pesca, a Tucuna Fox, no mês de fevereiro de 2024. Eles capturaram dourado, pacu, cachorra, piraputanga e piranha; e mediram a média de peso de cada um deles. Se vocês pegarem o que eles tiveram de receita e o quilo médio de cada um desses peixes, vão chegar, lá na operação, à média de quarenta e nove reais e trinta e oito centavos que cada turista pagou para pegar o peixe. Só que tem um detalhe, vendemos o peixe vivo — piranha, pacu, cachorra e piraputanga — por cinquenta reais o quilo. Quanto você acha que vale uma piranha morta? Só que esse valor é o que o turista pagou diretamente para a operação de pesca, mas não é o que acontece na realidade. Você sabe por quê? Porque ele gastou com hotel e com deslocamento. Se ele colocar na ponta do lápis, o quilo do peixe vivo custou para ele mais de duzentos reais. E, em operações de pesca de barco-hotel, por exemplo, esse quilo pode ultrapassar os quatrocentos reais. Eu estou falando que estou vendendo piranha a quinhentos reais o quilo, e você quer falar para mim que ela vale quinze reais? O peixe vivo vale mais, pessoal, nessa matemática. Então, o que vocês têm que entender: todo mundo ganha nesse processo e nessa dinâmica. O pescador profissional em Corumbá, no local onde estou, fornece isca e peixe para o pescador que não pode levar. Todo mundo vai ganhar com essa matemática. Então, lá atrás, quando vejo o discurso de que "Ah, está desmatando, está poluindo, e não sei o quê", é muito bacana, e tem razão, só que aí, para fazer o seguinte: vamos matar o que tem agora e depois vemos o que fazemos. Esse é o discurso? Não faz sentido. Sou só eu que não vejo lógica? Gostaria muito que todo mundo se sensibilizasse, primeiro, pelo valor do peixe. O peixe vivo vale muito mais. Eu presenciei o esgotamento do estoque pesqueiro no Estado



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

de Goiás. Cidades como Águas do Miranda, que têm seu paralelo com matrinxã e aruanã, ficaram desertas. O que afasta o turista é a ausência de peixe. Eu vi isso com meus olhos. Só depois de mais de vinte anos que voltaram a ter peixe. Então, pessoal, o que eu tinha para passar para vocês é isso, o peixe vivo vale mais. O peixe grande se reproduz mais, é ele que traz o turista. A preservação das matrizes é uma das principais pautas para serem discutida aqui hoje. Obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Para falar sobre o tema “Aspectos e Análise Jurídica do Transporte Zero”, convidamos o senhor Ênio Luiz Arruda, advogado, diretor jurídico da Associação Mato-Grossense de Ecoturismo e Pesca Esportiva (Amepe).

SENHOR ÊNIO LUIZ ARRUDA (diretor jurídico da Amepe) — Boa tarde a todos. Quero cumprimentar os deputados Renato Câmara e Neno Razuk e dizer: deputados, fiquem firmes! A luta, deputado Neno Razuk, vale a pena. A pesca esportiva e a valorização do turismo têm os seus resultados. Gostaria, também, de destacar ao secretário adjunto da Semadesc que a participação do Estado é fundamental nessa discussão, pois ocupa uma posição de vanguarda. Digo isso porque, em 2020, criamos a Associação Mato-Grossense de Ecoturismo e Pesca Esportiva em um momento em que dois deputados do Estado de Mato Grosso queriam liberar a pesca, o abate e a comercialização do *Salminus brasiliensis*, o dourado. Em resposta a isso, fundamos a Associação Mato-Grossense de Ecoturismo e Pesca Esportiva (Amepe) e defendemos essa lei. O projeto de lei foi arquivado e, paralelamente, o governador, por meio de uma mensagem de criação de projeto de lei, apresentou à Assembleia o Projeto Transporte Zero. Deputado Neno Razuk, o projeto nasceu no Estado de Mato Grosso por meio da Lei 1.363/2021. Esse projeto foi elaborado, retrabalhado e discutido em várias audiências públicas como esta. O que ouvimos em Mato Grosso foi um prenúncio do que estamos vendo agora: utiliza-se a desculpa da poluição, do esgoto lançado e da má qualidade da água para protelar a proteção ao peixe. Mas o que fazem, na verdade, é excluir o peixe e a proteção de que ele realmente precisa. O colega que me antecedeu foi muito feliz ao apontar isso. Então, protelar e dificultar a proteção do peixe significa atraso? Não! É focar no que realmente importa. Quem falará depois de mim apresentará dados do próprio Imasul sobre a qualidade da água. O que quero destacar, deputados, é que, mesmo com a aprovação da lei aqui em Mato Grosso do Sul, a luta continuará. No Estado de Mato Grosso, quando apresentamos a lei e ela foi aprovada, duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade foram ajuizadas. Ambas foram mantidas liminarmente pelo ministro André Mendonça. O que isso significa? Que a legislação foi sustentada no STF. Se o senhor acompanhar o andamento dessas ações, verá que ambas foram deferidas e não causaram prejuízo algum. Agora, falando dos pescadores profissionais, quando a lei foi ao STF, a principal discussão foi sobre a aposentadoria especial dos senhores. Hoje, o INSS assegura esse direito. Mas o que aconteceu com aqueles que antes diziam defender vocês? Eles viraram as costas. E quem foram as únicas pessoas que realmente abraçaram os pescadores profissionais? Exatamente os deputados que defenderam o Transporte Zero. Hoje, aqui em Mato Grosso



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

do Sul, é o senhor, deputado; e em Mato Grosso, é o deputado Carlos Avalone, que reabriu o cadastramento do Repesca. O senhor, deputado, está garantindo o sustento desses pescadores profissionais. Quando a lei for aprovada e ficar claro que toda essa resistência foi, na verdade, um prejuízo para os próprios pescadores, o mérito virá para o senhor, deputado. O reconhecimento virá para a Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul. E ninguém poderá tirar isso. A sustentabilidade da pesca esportiva é muito maior. Uma carne de boi, eu compro no mercado. Um frango, eu também compro no mercado. Por que, então, o peixe precisa ser extraído da natureza? Deputado, o que quero dizer é que essa luta será constante e pesada, mas, jurídica e constitucionalmente, a legislação tem amparo. O Estado de Mato Grosso já demonstrou isso, inclusive na luta jurídica, no STF, enfrentando alegações de discriminação e racismo ambiental. Isso tudo é falácia, deputado. Infelizmente, trago essa realidade, mas, o que vemos são massas sendo manobradas. A postura que trazemos aqui, como vanguarda de uma associação que apoiou o Transporte Zero, é de declarar apoio e contribuir, enquanto associação de ecoturismo e pesca esportiva, para que a sustentabilidade seja garantida por meio da simbiose correta. Por fim, muito obrigado. O Estado de Mato Grosso agradece o espaço e estamos à disposição.

SENHOR MARCELO HEITOR SILVESTRE DOS SANTOS (superintendente federal da Pesca e Aquicultura/MS) — Deputado Neno Razuk, o senhor me permite dez segundos?

SENHOR ÊNIO LUIZ ARRUDA (diretor jurídico da Amepe) — Por favor!

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — Pois não, Heitor.

SENHOR MARCELO HEITOR SILVESTRE DOS SANTOS (superintendente federal da Pesca e Aquicultura/MS) — Uma observação: você tocou na questão do seguro-defeso, que diz respeito à Superintendência Federal de Pesca e ao Ministério da Pesca. A aposentadoria já é garantida, porém, estamos trabalhando exatamente na mudança da legislação dentro do ministério. Usar o seguro-defeso para defender ou criticar pescadores profissionais não é adequado, pois quem tem direito a esse benefício são os pescadores profissionais e artesanais. A legislação, no entanto, é tão falha que os obriga a viver o ano inteiro com apenas quatro salários mínimos provenientes do seguro-defeso. Ao contrário do que ocorre hoje, precisamos criar alternativas para que esses trabalhadores possam diversificar sua renda, em vez de serem forçados a sobreviver exclusivamente com esse valor. Além disso, se realizarem qualquer trabalho extra, perdem o seguro-defeso, pois o INSS não paga.

SENHOR ÊNIO LUIZ ARRUDA (diretor jurídico da Amepe) — Só em resposta ao que o senhor disse, peço um minuto, deputado.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — Pela ordem.

SENHOR ÊNIO LUIZ ARRUDA (diretor jurídico da Amepe) — O seguro-defeso, ao qual o senhor se referiu, quanto ao período de quatro meses, não está sendo tratado nesta lei. Isso já é uma garantia, e essa discussão, por mais questionável que seja, refere-se a uma legislação existente. A contraprestação discutida no Estado de Mato Grosso não é uma indenização, mas, sim, uma compensação pela limitação da comercialização de duas espécies, e apenas dessas. Para o senhor ter uma ideia, no Estado de Mato Grosso, a comercialização do pacu é permitida. Ou seja, isso não restringiu de forma alguma a pesca comercial. É importante deixar isso bem claro, pois, assim como o professor explicou os conceitos, considero essencial esclarecer também as consequências.

SENHOR MARCELO HEITOR SILVESTRE DOS SANTOS (superintendente federal da Pesca e Aquicultura/MS) — Sim, exatamente! Também penso assim. Nós não estamos aqui para defender apenas um lado, porém, devemos garantir na legislação que será discutida a manutenção de toda a cadeia da pesca. Precisamos criar alternativas para que o pescador profissional possa migrar para outra atividade relacionada ao peixe, mas, garantindo, por um período, o direito que ele já possui, pois, se isso for eliminado de uma hora para outra, toda a cadeia será prejudicada. No turismo, isso já ocorre com a legislação que temos.

SENHOR ÊNIO LUIZ ARRUDA (diretor jurídico da Amepe) — Aqui zerou?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — Vamos dar continuidade às palestras. Para falar sobre o tema "Evolução do Turismo de Pesca com o Transporte Zero", convidamos o presidente da Associação Mato-Grossense de Ecoturismo e Pesca Esportiva, Alisson Fagner dos Santos.

SENHOR ALISSON FAGNER DOS SANTOS TRINDADE (presidente da Amepe) — Boa tarde, senhores! Deputado Neno Razuk, eu quero te parabenizar, primeiro, pela coragem de enfrentar uma mudança de paradigma e parar de tapar o sol com a peneira. Defender o populismo e a continuidade é fácil; o duro é enfrentar a realidade, o desgaste e propor algo que resolva o problema realmente. Eu trouxe alguns números aqui. Eu tinha preparado uma apresentação, mas, vou passá-la rapidamente no final e falar sobre pontos que escutei aqui, que também ouvimos em Mato Grosso. Como já tivemos essa lei aprovada e estamos no segundo ano da lei, são pontos sobre os quais posso falar com bastante propriedade, pois refletem o que realmente aconteceu e as dúvidas que surgiram. E o que aconteceu no Estado de Mato Grosso? Primeiro ponto: um dos pontos fundamentais que se discutia no início da proposição do Transporte Zero era um estudo da Embrapa, que era utilizado para afirmar que o estoque pesqueiro não havia caído, portanto, não havia necessidade de medidas protecionistas. Eu trouxe aqui os números do próprio Imasul, e é bom fazer o dever de casa. Como vim para cá, entrei no site do Imasul e busquei alguns



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

dados. Em 1994, o Imasul relatou, em seu boletim técnico, que a coleta de peixe naquele ano foi de trezentas toneladas. Já em 2019, quando obtive acesso ao último dado, caiu para cem toneladas, ou seja, o declínio da produção pesqueira no Estado de Mato Grosso do Sul é vertiginoso, e isso é uma realidade. Outro número que trago ao colega do Ministério da Pesca, que citou que o estado tinha sete mil pescadores profissionais: em Mato Grosso, também se falava em vinte mil, mas, ao fazer a pesquisa, verificamos que eram menos de três mil. Aqui em Mato Grosso do Sul, segundo o Imasul, fonte oficial, em 1994 havia três mil pescadores profissionais registrados. O último dado disponível é de 2019, e ele indica que havia menos de mil pescadores profissionais registrados. Esses números oficiais demonstram que o número de pessoas que realmente dependem da pesca artesanal é muito maior do que a realidade, porque não há peixe suficiente para sustentar uma pesca profissional de qualidade. Outro número que trago é de um estudo da Embrapa de Mato Grosso do Sul, conduzido pelo pesquisador Catela. Ele mediu a renda média de um pescador profissional, que foi de aproximadamente seiscentos e setenta reais por mês. Ou seja, a queda vertiginosa do número de pescadores profissionais, conforme observado pelo Imasul, ocorre porque não há peixe suficiente para sustentar essa atividade. E não adianta achar que isso vai melhorar. A pesca profissional em águas internas não é sustentável. O Brasil é um dos únicos países no mundo que ainda tem pesca interna. A pesca profissional se sustenta em águas abertas; em águas internas, ela não se sustenta, e os números, não só do Brasil, mas do mundo inteiro, mostram isso. Essa é uma realidade. Outro dado, corroborando o que Maxwell falou: estamos há doze anos com a pesca do dourado proibida em Mato Grosso e, apesar disso, temos muito dourado lá. "Ah, mas está acabando com as outras espécies!" Não. Quem quiser... Eu convido qualquer deputado a visitar uma das nossas pousadas em Mato Grosso, para ver a quantidade de forrageiros como piau, pacu e piraputanga. "Ah, Alisson, mas lá não tem tanto pintado e pacu." No primeiro ano do Transporte Zero, a captura de jaú, na pousada, que antes era abatido para comercialização — e depois foi proibido — aumentou 300%. Números reais.

DEPUTADO NENO RAZUK - PL (proponente) — Pela ordem.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Vamos manter a ordem para a palestra do convidado.

SENHOR ALISSON FAGNER DOS SANTOS TRINDADE (presidente da Amepe) — Eu ouvi aqui, do presidente da federação, que a pesca esportiva não gera renda para se investir nela. Nos Estados Unidos, o maior mercado automobilístico do mundo, a pesca esportiva é três vezes maior que o mercado automobilístico. Somente no último ano, a pesca esportiva gerou, nos Estados Unidos, quase quarenta e um bilhões de dólares. Em Mato Grosso, que é o maior recebedor de turismo de pesca do Brasil, segundo o Ministério da Pesca — aqui não são números "chutados" —, recebemos, no último ano, mais de duzentos mil pescadores. Sabe quanto isso trouxe de renda direta e indireta para Mato Grosso? Mais de um bilhão e quinhentos milhões de dólares, dinheiro que veio de outros estados e foi aportado na economia de Mato Grosso. Outra coisa: estamos no segundo ano



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

do Transporte Zero no Estado de Mato Grosso e a quantidade de peixe aumentou muito. A qualidade da fiscalização e das águas que temos lá é exatamente a mesma de antes. Esse mecanismo legal, que tenho discutido com alguns colegas da segurança, facilita a fiscalização dos rios, o que é praticamente impossível em estados como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, devido à enorme rede hídrica. Quando você proíbe o transporte, consegue, com o aparato da segurança pública, fazer essa fiscalização nas rodovias. Assim, a fiscalização se torna muito mais efetiva. Com esse mecanismo legal, aumentamos o número de capturas em mais de 200% no Estado de Mato Grosso. Isso está refletindo na economia? Está. Eu sou proprietário de uma rede de pousadas lá. Comecei com uma pousada muito pequena, mas hoje tenho algumas pousadas, todas trabalhando com pesca esportiva. Representamos, por meio da associação da qual sou presidente, mais de oitenta pousadas, que geram mais de três mil empregos diretos, fora os indiretos. De acordo com o levantamento que fizemos com nossos associados, no segundo ano do Transporte Zero, já tivemos um aumento de 40% na procura pelo destino Mato Grosso. Contratamos uma consultoria e temos a perspectiva de, em três anos, dobrar o mercado de pesca esportiva em nosso estado.

DEPUTADO NENO RAZUK - PL (proponente) — Pela ordem, senhor presidente.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — Pela ordem, o deputado proponente, Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK - PL (proponente) — Eu só queria comunicar a todos nesta audiência que cada palestrante inscrito teve um prazo para se inscrever, até ontem. E, assim, foi respeitado o tempo que o palestrante informou que iria utilizar. Alguns disseram: "Eu quero falar dez minutos". Outros: "Quero falar vinte minutos". Portanto, está sendo respeitado o tempo solicitado por cada palestrante. Ninguém está extrapolando o tempo, porque cada um pediu o seu tempo, com o cronograma sendo feito de forma democrática. Se há mais palestrantes a favor do que é o melhor para Mato Grosso do Sul... Agora estou tomando uma posição, mesmo; por isso não assumi essa presidência, pois tenho um posicionamento. Se há mais palestrantes pedindo a proibição do transporte, e não a comercialização, é porque esses palestrantes se inscreveram. Todos tiveram o direito de se inscrever e não procuraram esta Casa até ontem para se inscrever, portanto, ninguém pode reclamar que o processo não foi feito de forma democrática.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — Com a palavra, Alisson Fagner dos Santos Trindade.

SENHOR ALISSON FAGNER DOS SANTOS TRINDADE (presidente da Amepe) — Continuando, o colega ali falou que estão fechando casas de pesca no Estado de Mato Grosso do Sul. A gente vê claramente, pelos dados do Imasul, que são dados oficiais, que isso é diretamente proporcional à diminuição do recurso pesqueiro. Como vai



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

se organizar isso? O pescador só pesca com peixe, e isso só é possível com um ordenamento pesqueiro, uma política pública. Essa proposta de lei é para trazer o pescador de volta para cá. Para trazer mais um dado: só em Cuiabá, depois que a lei do Transporte Zero foi instaurada, abrimos cinco novas lojas de pesca dentro de Cuiabá. Isso é resultado direto do aquecimento do setor. Considerando os três anos, vamos passar por um faturamento de cerca de três bilhões no Estado de Mato Grosso, só com pesca esportiva. Mato Grosso do Sul quer ficar fora disso? Mato Grosso do Sul quer ficar fora? Que sentido faz a gente matar um peixe? Eu trago o outro estudo aqui — vou enviar na nota técnica para o deputado Neno Razuk —, que foi feito por dois doutores que trabalham apenas com o estudo de ictiofauna e com o mercado da pesca, pesca profissional, de cativo e esportiva. Eles são estudiosos da parte econômica. Eles fizeram uma nota técnica e estimaram que o preço do quilo de um peixe vivo está em torno de novecentos e setenta e três reais. Faz sentido você matar um peixe que vale novecentos e setenta e três reais, deputado Neno Razuk? Faz sentido isso? Faz sentido insistir em uma pesca extrativista que mostrou diminuição de mais de três mil pescadores profissionais para mil, e que está em declínio com progressão geométrica? E isso...

SENHOR MARCELO HEITOR SILVESTRE DOS SANTOS (superintendente federal da Pesca e Aquicultura/MS) — Professor, esse dado não é verdadeiro.

SENHOR ALISSON FAGNER DOS SANTOS TRINDADE (presidente da Amepe) — São dados do Imasul.

SENHOR MARCELO HEITOR SILVESTRE DOS SANTOS (superintendente Federal da Pesca e Aquicultura/MS) — São seis mil e oitocentos pescadores profissionais.

SENHOR ALISSON FAGNER DOS SANTOS TRINDADE (presidente da Amep) — São dados do Imasul.

SENHOR MARCELO HEITOR SILVESTRE DOS SANTOS (superintendente federal da Pesca e Aquicultura/MS) — O Imasul não é órgão...

DEPUTADO NENO RAZUK - PL (proponente) — Pela ordem. Está errado! Vamos garantir a ordem!

SENHOR MARCELO HEITOR SILVESTRE DOS SANTOS (superintendente federal da Pesca e Aquicultura/MS) — O órgão para dizer isso é o Ministério da Pesca.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Pela ordem.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

SENHOR MARCELO HEITOR SILVESTRE DOS SANTOS (superintendente Federal da Pesca e Aquicultura MS) — Eu só quero dez segundos, não quero discussão. O órgão responsável, onde tem as inscrições dos pescadores...

DEPUTADO NENO RAZUK - PL (proponente) — O senhor, como representante de uma instituição, tinha que garantir a palavra do palestrante, pois o senhor não é um manifestante. Por favor, espere a sua vez para falar! Garanta a palavra do palestrante.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Deputado Neno Razuk...

DEPUTADO NENO RAZUK - PL (proponente) — O senhor está errado!

SENHOR MARCELO HEITOR SILVESTRE DOS SANTOS (superintendente federal da Pesca e Aquicultura/MS) — Eu não quero "desgarantir" a palavra.

DEPUTADO NENO RAZUK - PL (proponente) — O senhor está interrompendo!

SENHOR MARCELO HEITOR SILVESTRE DOS SANTOS (superintendente federal da Pesca e Aquicultura/MS) — Eu só quero apresentar o dado correto. Esse não é verdadeiro.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Para a gente dar continuidade, eu gostaria aqui de falar...

DEPUTADO NENO RAZUK - PL (proponente) — Quantas inverdades você falou aqui e ninguém falou nada!

SENHOR MARCELO HEITOR SILVESTRE DOS SANTOS (superintendente Federal da Pesca e Aquicultura/MS) — Nós vamos normalizar a mentira, então?!

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Aquilo que, dentro da palestra, não estiver em consonância ou estiver em desacordo, anatem, para que, no final, possamos fazer as considerações, senão isso vai virar uma discussão do tipo toma lá, dá cá. Com a palavra, o senhor Alisson Trindade.

SENHOR ALISSON FAGNER DOS SANTOS TRINDADE (presidente da Amepe) — Já que o colega do Ministério da Pesca me citou, eu vou citá-lo também. Ele acabou de falar, em sua fala, que, quando a gente não tem estudo, não pode fazer nada: nem proibir, nem liberar. Ele está contra o Direito Constitucional, que diz que o pilar basilar do Direito Ambiental... O que é o pilar basilar do Direito Ambiental? Isso está na



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

Constituição. O princípio basilar do Direito Ambiental é o princípio da precaução: se você não tem estudo, você preserva. Isso é o que diz a Constituição: não tem estudo, preserva. A gente tem que estudar um pouquinho mais para poder falar aqui na frente. Citando mais a federação...

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Alisson, vamos para a conclusão, por favor.

SENHOR ALISSON FAGNER DOS SANTOS TRINDADE (presidente da Amepe) — Foi o tempo que eu pedi; quem não pediu esse tempo, só lamento. Outro fato, outro ponto que foi colocado aqui: que não tem órgão para pesquisar. Também temos que estudar isso. A gente tem um órgão que se chama INPP, um órgão federal, o Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal, que foi criado especificamente para atender Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Esse órgão tem linhas de pesquisas específicas para a pesca no Pantanal e o controle da ictiofauna. Então, a gente tem um órgão federal criado só para fazer pesquisas no Pantanal. O que deve ser feito? Esta Casa tem que provocar esse órgão, para fazer as pesquisas e tomar as decisões, assim como foi feito em Mato Grosso. Lá foi feita uma pesquisa, nela se escreveu a lei, e aí foi feita essa política pública do Transporte Zero, que tem dado muito resultado econômico para toda a cadeia da pesca. Hoje, você não consegue mais comprar isca viva em Mato Grosso. A gente está com um problema sério, porque o mercado cresceu tanto que o consumo de isca superou a produção. E quem produz isca? São os ribeirinhos, gente. Essa renda está sendo gerada no comércio local. A renda gerada pela pesca esportiva privilegia principalmente as comunidades regionais e o povo ribeirinho de verdade, não o atravessador de peixe. Esse não! Agora, o ribeirinho é privilegiado! Escutamos tantas inverdades em Mato Grosso e, agora, além do Transporte Zero, mostrou-se a verdade sobre a pesca esportiva. Convido qualquer deputado a fazer uma visita ao Estado de Mato Grosso, inclusive o colega do Ministério da Pesca, para conhecer o poder transformador da pesca esportiva e a geração de renda para as comunidades regionais. Muito obrigado, senhores.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Dando continuidade, convido o Gustavo Egami, vice-presidente da Associação de Pesca Esportiva do Pantanal (Apep).

SENHOR GUSTAVO EGAMI (vice-presidente da Apep) — Boa tarde a todos.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Só um minuto. Esta audiência foi construída pelo deputado Neno Razuk e os nomes estão aqui.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Pela ordem. Vocês tiveram todas as oportunidades para se inscrever! Só foi inscrito quem foi encaminhado até ontem! Vocês vão ter a oportunidade de falar depois! Aqui foi tudo feito de forma democrática, diferente



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

da primeira audiência, onde só teve pescador profissional! Esta aqui é uma audiência democrática!

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — Daqui a pouco nós vamos abrir a palavra para vocês, conforme está no regulamento.

SENHOR GUSTAVO EGAMI (vice-presidente da Apep) — Boa tarde a todos. Eu queria pedir a atenção de vocês e um pouquinho de respeito. Todo mundo teve o momento de falar. Isso muito me entristece, porque, como o Fábio já disse, nós estamos nos confrontando. E, quando existe confronto, os dois lados perdem. Sabe por que me entristece muito? Porque o rio que a gente ama, que a gente divide junto... Eu encontrei aqui amigos que fiz, inclusive o Gordo — está aqui o Gordo, que pilota para mim —, são amigos meus, são amigos da minha família. E muito me entristece ver esse confronto; e quem perde somos nós, os dois lados. Em vez de andarmos de mãos dadas, juntos, estamos fazendo algo que não é bom para nenhum dos dois lados. Quantos profissionais de pesca hoje mudaram o pensamento? Sabem por quê? Deixe-me falar uma coisa para vocês: vocês estão satisfeitos com o seguro-defeso de quatro meses por ano? Está bom para vocês ganhar só quatro meses por ano? E vocês não têm vontade de ganhar mais? Hoje, profissional, guia de pesca, não tem mais agenda. Eu gostaria muito que vocês me escutassem, porque estou aqui pelo bem de todos. Eu não quero nem lado "A" nem lado "B", eu quero que o mesmo rio que a gente gosta e ama tanto, que a gente divida e consiga tirar o melhor proveito para todos. Eu não tenho interesse pessoal nenhum. Estou na Associação de Pesca Esportiva do Pantanal desde 2012, tomando lapada de graça, porque eu sou apaixonado. Então, o que acontece? Isso daqui que a gente está discutindo hoje não é tão simples. Tem muitas coisas a serem ditas aqui, mas, se continuarmos nessa briga, nesse cabo de guerra, sem conseguir entender o lado do outro, não vamos sair do lugar. Então, se fala aqui sobre pesquisa, sobre o que pode ser feito, mas sabe o que acontece? Nada. Meu irmão, se acalme, por favor. Por favor. Então, vejam bem. Hoje, quando você vai pescar, como já foi dito por alguns colegas, os gastos começam desde o mercado, a casa de iscas, até o guia de pesca. Todos vocês sabem muito mais do que eu que, quando tem peixe no rio, tem mais turista. Vocês querem ficar na sombra reclamando, ou querem melhorar as suas vidas? Qual é a proposta de vocês? Eu queria muito que vocês me escutassem. Eu tenho amigos aqui do lado de vocês. Tenho amigos aqui. O Gordo pilota para minha família, para o meu pai, há muitos anos. É um grande irmão meu. Eu respeito vocês, e eu gostaria que vocês me respeitassem também, porque a nossa luta é a mesma. Nós queremos o bem para todos. Ninguém está querendo afetar vocês. Vocês precisam entender que isso vai melhorar para vocês. Olha só, hoje... Por favor, escutem-me de coração aberto. Por favor. Eu não quero briga, eu não quero vaia. Por favor, eu quero que vocês me escutem numa boa. Vocês precisam entender que isso é bom para todos e muito melhor para vocês, se o movimento no rio for maior. O peixe vivo vale mais? Vale. Isso tem comprovação científica. Hoje, as pousadas... Podem pegar o exemplo da Amazônia. No dia 3 de janeiro, eu estava pescando na Amazônia. Sabem por quê? Porque lá eles defendem a pesca. Porque lá a cota é zero. Imaginem o seguinte: ao invés de ter a piracema com



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

quatro meses de seguro-defeso, em que vocês ficam só recebendo o seguro-defeso e não podem pescar... Espere aí, deixa eu concluir! Eu preciso que vocês entendam. Eu preciso que vocês me entendam. A conclusão é necessária. Por favor, eu peço, de coração, respeito! Se vocês conseguissem entender o que eu estou tentando dizer, o que todos tentaram dizer... Eu estou tentando falar da forma mais clara possível. Imaginem o seguinte: dia 3 de janeiro, eu poderia estar pescando. "Ah, mas é piracema!" Mas a cota é zero, nós não podemos abater peixe. Mas ia ter turista em todos os lugares do nosso Pantanal. Todos os turistas estariam aqui, e vocês estariam recebendo o seguro-defeso pela piracema, porque não iriam pescar, mas iriam nos atender. Nós corremos no mesmo rio juntos. Vocês estão passando fome? Mas, gente; isso não é argumento. A preservação é contínua. Eu luto a mesma batalha de vocês. E vocês precisam entender que o peixe vivo vale mais. Existe muito conteúdo para ser falado, de cabo a rabo. É muito grande, é muito amplo, todos os assuntos que a gente pode citar. Mas ficar transferindo a culpa para outros problemas... Não é isso que estamos fazendo. Nós estamos falando do peixe. Eu só quero abrir a consciência de vocês, para que consigam entender que isso será muito melhor para vocês, que estão na beira do rio, do que para nós, que praticamos a pesca esportiva. Se vocês olharem o movimento que o Estado do Amazonas tem com a pesca esportiva... Você vai para o Amazonas, desce no aeroporto, pega um ônibus para qualquer lugar e só vê pescador. É o polo da pesca. Eu fui lá este ano, e tinha oito caras que vieram do Japão. Os caras atravessaram o mundo para pescar. E aqui a gente fica querendo matar o peixe. Peixe vivo é muito melhor, inclusive para quem é ribeirinho. Entenderam? Eu não quero que vocês percam o seguro-defeso; eu quero que vocês entendam que o peixe vivo vale muito mais. O peixe vale mais! Vai ter mais turistas para vocês atenderem. Está certo? Vocês poderiam ter se inscrito ontem para virem falar também. Estou deixando de trabalhar. Estou aqui defendendo uma paixão, e muitas vezes a paixão dói, não é? Porque nem só de amor vive o homem. Então, estou defendendo aqui tudo o que eu tenho de paixão pela pesca, estou tentando fazê-los entender que é muito melhor para [reação barulhenta da plateia]... Vocês me desculpem se isso lhes afeta, mas, gostaria muito que vocês entendessem, de coração, que eu não quero o mal de vocês, só quero o bem. Porque a preservação é feita porque existe um turismo que é o que mais cresce no mundo, que é o turismo da pesca esportiva. O turismo que mais cresce no mundo! Quantos profissionais que antes eram pescadores profissionais agora não viraram guia, que agora pilotam? E não têm mais dia na agenda, estão trabalhando muito; há guia aí que está cobrando mais de setecentos reais a diária! A gente sai de Mato Grosso do Sul, que é a casa do dourado, para pescar na Argentina, e deixa o nosso dinheiro tudo na Argentina! Vocês tinham de abrir o coração, a cabeça. Estou tentando fazer uma fala, a mais fácil possível, para que vocês tenham o entendimento. Então, fica aqui a minha dica: o peixe vivo vale mais. Eu quero a melhora de todos. Vamos juntos! É Mato Grosso do Sul! E peixe vivo vale mais! Obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Vamos à última fala antes do debate, a última palestra. Então, para falar do tema "Turismo de Pesca", convido o senhor Ademilson Esquivel, vice-presidente da Associação Corumbaense das Empresas Regionais de Turismo de Mato Grosso do Sul (Acert/MS).



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

SENHOR ADEMILSON ESQUIVEL (vice-presidente da Acert/MS) — Boa tarde, senhores. Boa tarde, deputado Renato Câmara. Em seu nome, cumprimento a todos os presentes. Eu queria que vocês tentassem escutar com o coração aberto. Para quem não me conhece, eu sou o Ademilson, sou empresário em Corumbá, estou há vinte e cinco anos em Corumbá, e sou representante da Acert, instituição essa que tem cadeira no Conpesca, cadeira no Conselho Estadual de Turismo, no Conselho Municipal de Turismo; no CPG Centro-Sul, Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai, Atlântico, e que é um comitê permanente federal. A Acert faz agora, em maio, quarenta anos! Então, eu queria que vocês tivessem um pouquinho de paciência para escutar, porque quem está aqui falando está há vinte e cinco anos com muita garra, representando a pesca esportiva, a pesca amadora... Eu conheço o Foca, o Eliezer, a Maria Antônia, eu respeito a garra que vocês têm. Mas vocês têm que entender que existe o outro lado também... Existe o outro lado. Aqui eu estou representando mais de vinte barcos-hotel, barcos-pousada, lojas. Dentro da associação, há mil empregos diretos; só da nossa associação, nem estou falando do setor como um todo; eu sou de Corumbá, e lá há mil empregos diretos; novecentos e noventa e oito, para ser mais exato. Com certeza, Mato Grosso do Sul tem a maior infraestrutura de pesca esportiva do país. Isso tudo me deixa muito triste, porque, em 2019, eu participei do processo mal conduzido de construção da lei e espero que isso não aconteça aqui. Digo isso porque a forma como foi conduzido o processo colocou a gente para brigar; exatamente como está acontecendo agora: a gente briga ao invés de andar de mãos dadas. Esta Casa tinha de criar opções para a gente, acho que isso que esperamos do Poder Legislativo... Se vocês não escutarem, não vão entender! Em 2019, participei de oito audiências públicas. Oito! Há gente aqui da pesca que eu respeito, mas há outros que chegaram agora e que querem ir na janela, e não pode ser assim, a pessoa tem que ter história para poder falar, tem de conhecer o que está falando. E quem pode falar pelo turismo de pesca é quem tem representatividade, e ponto. Quem tem representatividade é quem fala... Em 2019, naquele monte de audiência pública, eu escutei muito isto: "Se você quer pesque e solte, não levar o peixe, faça isto na sua empresa". Escutei várias vezes isso durante 2019... Pois nós fizemos! Fizemos em 2019, mas, infelizmente, tivemos de pular 2020, ano que todos lembramos com tristeza. Independentemente da lei vigente, lá em Corumbá, 95% dos associados não levam o peixe por força de contrato; o cara pode ir lá, pescar, comer o peixe, mas ele não pode levar embora: isto é o que acontece com o turista que está lá... Mas agora vamos falar de dados, e tudo que estamos falando aqui tem embasamento. Em 2018, houve a última grande cheia, quem está no rio sabe, quem é só turista no ambiente não vai saber... Em 2018, foi a última grande cheia no Pantanal, nem digo "cheia", mas de água relevante no Pantanal. Em 2018, a pesca amadora — e falo com base em dados da Polícia Militar Ambiental — levou de Corumbá cento e cinco mil quilos de peixe, enquanto que a pesca profissional levou cinquenta e quatro mil. Foi, pois, em 2018 que nós decidimos tomar uma posição realmente diferente. Em 2019, houve a tentativa da cota zero, que foi um desastre. Em 2020, a pesca amadora levou de Corumbá seis mil quilos — caímos de cento e cinco para seis —; a pesca profissional levou quarenta e sete mil. Em 2021, nós levamos quatro mil e oitocentos mil quilos; em 2021 a pesca profissional levou



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

vinte e oito mil. Em 2023 nós levamos cinco mil e duzentos e cinquenta mil quilos, enquanto que a pesca profissional levou dezesseis mil. Em 2024, nós levamos cinco mil quilos e trezentos gramas; vocês levaram oito mil quilos. O que eu quero mostrar para vocês com esses dados é a seguinte situação: nós saímos de cento e oito mil quilos para cinco mil, e sem força de lei, para tentar proteger o estoque pesqueiro e o nosso negócio. Tivemos de tomar uma atitude, porque cansamos de ter de esperar alguém decidir por nós. E prestem atenção no seguinte, com relação à pesca profissional, lá, a cota que era, em 2018, quatrocentos quilos/pescador/mês é a mesma cota de hoje! Só que a pesca profissional levou 50, 50, 47, 28, 19, 16 e 8. Ou seja, está diminuindo o peixe! Gente, vocês têm de entender que estamos do mesmo lado; se acabar o peixe, acaba o peixe para os dois... Aí, é o seguinte, nós temos de buscar alternativas. Concordo que a piscicultura é uma opção, é uma opção para agregar renda, não pode ser obrigatória, ela tem de ser uma opção. Concordo também que é uma opção da pesca amadora fazer o pesque e solte. Com relação a isso, no Cepta [Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Aquática Continental], um braço do Ibama destinado à pesquisa que fica lá em Pirassununga, há uma pesquisa de 2006 com taxa acima de 90% de não mortandade, isto em 2006, lembrando que a tecnologia de lá para cá mudou muito; é só ir lá e conferir, no Cepta de Pirassununga... Eu queria só colocar meu posicionamento antes de ir embora... Nós, do turismo, vemos tudo isso com muita tristeza, porque a gente não consegue evoluir. Então, se nós não conseguirmos unir forças e evoluir, estaremos fadados ao insucesso. Eu conversei longamente com o Zeca, quando ele esteve em Corumbá, longamente com o Mato Grosso, que não é do sul, conversei com várias pessoas... Ou seja, se a gente não se unir para fazer algo que vai conservar nosso estoque pesqueiro, a gente estará fadado ao insucesso. Nós e vocês; temos de fazer isso juntos. Eu sou a favor, sim, de que haja pesquisas científicas; sou a favor, sim, de que haja monitoramento; sou a favor, sim, de que não adianta só dar o barco para a Polícia Militar Ambiental e não dar gasolina, não lhe dar efetivo... Não adianta dar barco e não dar gasolina, não dar efetivo! Sim, sou a favor da pesquisa, mas é preciso lembrar que a pesquisa precisa ser científica e econômica. O turismo de pesca injeta em Corumbá cem milhões de reais, isso numa cidade de oitenta e cinco, noventa mil habitantes! É muito dinheiro! É muita grana! Só em folha de pagamento, são mais de trinta e cinco milhões. E esse dinheiro vai para o comércio local, vai para o bolicho da esquina. Acho que nós temos de procurar preservar, e mais, preservar o que traz o turista. Quem gosta de esquiar vai aonde há neve, quem gosta de pescar vai aonde existe o peixe; sem peixe, o turista não vai. No entanto, eu preciso dizer que o radicalismo e falta de paciência não nos levarão a lugar nenhum. Eu sou a favor de que o pescador amador não tire o peixe do município, que haja transporte para o pescador amador, e que haja transporte para o pescador profissional... Mas quanto ao profissional, eu queria contextualizar. A pesca profissional lá na minha cidade levou oito mil quilos para fora do município; esses oito mil quilos podem ser absorvidos pelo "trade", esses oito mil quilos podem ser absorvidos na cidade. Se conseguirmos evoluir para um Transporte Zero, tanto do amador quanto do profissional... Eu sou a favor de que ele continue com seus quatrocentos quilos por mês; ele pode vender na cidade dele... Ele pode vender em Corumbá e Ladário, que são contíguas: vocês podem vender no município. Em Aquidauana



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

e Miranda, vocês podem vender, que são regiões contíguas. Para uma cidade que não é vizinha, você não pode fazer o transporte. É o seguinte, quanto ao peixe que é pescado, é política pública e a Casa ou o município podem estabelecer uma forma de esse peixe ser comprado por um preço justo. Que vão a uma colônia de Corumbá, entrem lá, subsidiem o peixe do pescador profissional, para ele ter um preço justo, mas deixem o peixe no município. O corumbaense não come peixe do rio, só come peixe de cativeiro; e quem ganha dinheiro com peixe saído do meu município é só o atravessador, é o cara que vai lá, compra o peixe barato e leva embora. Então vamos lá, só para deixar claro. Eu sou a favor de que o amador possa pescar o peixe, possa comer o peixe do rio, mas o peixe tem de ficar na mão, na mesa ou no bolso de quem precisa dele como renda; simples assim. O pescador amador não precisa levar o peixe embora! O turista não tem que levar o peixe embora, ele não precisa do peixe como renda. O pescador amador tem condições de pegar seu carro, ir lá na barranca do rio, ele não precisa do peixe como renda! Ele que gaste dez litros de gasolina a menos e compre o peixe na banca, compre o peixe no mercado, compre o peixe do pescador. Se o peixe ficar no município, ele pode ir lá na venda, comer o peixe de verdade; vá lá na barranca do rio e come, vá no restaurante da cidade e come. Para concluir, falo um pouco do dourado. Em 2019, depois da desastrosa tentativa da cota zero, o Governo do Estado criou uma divisa, que está estampada na nossa camiseta, com a imagem do dourado: "Pesque, solte e volte sempre." É muito triste retroceder, é muito triste. A maior feira de pesca do país vai acontecer agora na Trade Show, em São Paulo, onde todo mundo vai expor, vender... Eu aconselho o Governo do Estado a não ir à Trade Show, caso seja liberado o dourado, porque está indo na contramão de todo mundo... Quero deixar claro o posicionamento da Acert: que as medidas do dourado continuem do jeito que estão, que nem o pescador profissional, nem o amador leve o peixe do município, mas que possam vender o peixe dentro do município; e que o município consiga fazer política pública para absorver... As pessoas lá de Corumbá têm de lembrar que está acabando o peixe. Está acabando o peixe! Se não fizermos nada juntos, vai morrer todo mundo abraçado. Está acabando o peixe. Portanto, tem de haver política pública — para conservação, para limpar rio, para evitar agrotóxico, para evitar desmatamento —. O parâmetro da última seca, que eles usam para medir isso, é uma régua pouco inteligente, para não dizer burra: dá 1,40 m, dá 1,50 m, ele não leva em conta o rio na sua profundidade. Então a nossa situação é muito pior do que parece. Nosso rio está se assoreando; há lugares onde antes se navegava com trinta metros de profundidade, hoje navega-se com quinze, este é também um dos fatores que pode estar acabando com o peixe. Se nada fizermos, vamos acabar todo mundo sem peixe. Muito obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT, para fazer suas considerações. O deputado dispõe de três minutos, como integrante do plenário especial; não é palestra dos deputados, é uma manifestação resumida; agora nós queremos ouvir a população.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Boa tarde a todos. Meus cumprimentos ao Renato, que preside a audiência, como presidente da Comissão de Meio Ambiente. Minha



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

saudação ao meu amigo Neno. Quero lhe dizer, Neno, que acho absolutamente legítima a apresentação do projeto, é seu papel, é nosso papel nesta Casa fazê-lo, aliás quando não o fazemos é que estamos descumprindo nossas atribuições; como acho que é absolutamente legítimo o debate desta tarde que Vossa Excelência promove. Quando o Edmilson falou aqui, pudemos perceber que a fervura dessa água baixou, porque fez ponderações importantes — e que bom que foi assim, afinal estamos todos aqui para fazer ponderações que apontem para a construção de um projeto. Alguns dias atrás eu conversava com o Neno numa sessão aqui e lhe dizia: "Neno, vamos fazer desse limão uma limonada? Ou seja, vamos transformar esse projeto, de tanto debate, num projeto mais amplo, vamos pensar numa lei de pesca para Mato Grosso do Sul?" Pois acho que podemos fazê-lo, mas sem pressa, com um debate mais aprofundado. Até porque vivemos num estado diferenciado do ponto de vista da sua estrutura. Nós temos duas grandes bacias, e a bacia do Paraná, alguém disse aqui, creio que o Marcelo, e a bacia do rio Paraguai são absolutamente diferentes; e, portanto, querer comparar Mato Grosso do Sul com os Estados Unidos — como alguém fez aqui — ou com o outro Mato Grosso, ou com Goiás... Está errado! A realidade da pesca na bacia do Paraná é absolutamente diferente da realidade da bacia do Paraguai. Minha filha e meu genro têm uma pousada no rio Paraguai, lá na foz do Apa, e a gente vive um drama; sabem por quê? Porque a lei da piracema aqui em Mato Grosso do Sul, acho que no Brasil todo, são quatro meses. Pesca-se até o final de outubro; nos meses de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro é pesca esportiva, o pesque e solte, e só a partir de março... Do lado do Paraguai, dá para ver que há três pousadas em frente da nossa... Porque a lei do Paraguai é de quarenta e cinco dias: fecha em novembro e no meio de dezembro abre. Aí o turista sai de Dourados, Neno, sai de Ponta Porã, sai não sei de onde, vai lá ao Paraguai e pesca tudo que quiser. Tudo que quiser! E o nosso turista não pode pescar! E os nossos pescadores não podem pescar. Porque se a Ambiental pegar, e tem ela razão, é a nossa lei, você será penalizado. Esse é um problema; nós temos de conversar com o Governo do Estado e com o Governo Federal para chegarmos a uma lei comum, uma lei que compatibilize o calendário do Brasil com o do Paraguai, afinal o peixe não tem nacionalidade: o peixe é o peixe. Se a gente não pega aqui, pegam no Paraguai, aí ficamos chupando o dedo e eles faturando. Essa é uma realidade. A segunda realidade é a da pesca predatória; nós sabemos do esforço que faz a Ambiental ao longo de quatrocentos quilômetros de rio na divisa com o Paraguai — é rede, é espinhel, vale tudo —. Entram nas baías e fazem batida, botam rede e fecham, o que cair levam. Todo mundo que está aqui sabe. Eu mandei filmar a boca do Apa, meu querido Neno. Num espaço territorial de quatrocentos quilômetros, Coronel David, o Apa é o único rio de correnteza; na piracema, o pintado e os outros cardumes todos chegam e entram no Apa. Sabe o que acontece? Os redeiros fecham a boca do Apa; o que cair, levam. Eu mandei filmar... Marquei uma reunião em Brasília com o chefe do Estado Maior das Forças Armadas; lá no Apa havia três destacamentos, Coronel David, do Exército, na foz do Apa, na [colônia] Ingazeira e na Ilha da República: fecharam os três! Aí o general disse para mim, sentadão: "Não é nossa atribuição, nossa missão é defender a soberania." Como se isso não fosse soberania... E daí nós não podemos pescar... Não sei como que é isso no Paraná, não sei como é nos rios do interior, o que sei é que precisamos reestruturar a Polícia Ambiental, reequipá-la. Eu me



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

ofereci para ajudar, disse ao Governo que eu mando fazer lá na foz do Apa, onde há uma estrutura inacabada e abandonada pelo Exército, uma sede para um efetivo da Polícia Ambiental ir lá cuidar. A simples presença da polícia ou do Exército armado já afugenta a pesca predatória, permitindo, assim, a preservação do peixe. Eu sou daqueles que acha que não é a pesca profissional a vilã da história, não é a pesca profissional que está acabando com o peixe em nossos rios. Ao mesmo tempo, acho, porque eu converso com eles, que eles querem uma alternativa, eles querem. Em Porto Murtinho, praticamente, não há pesca comercial. Na temporada de pesca, nas pousadas, falta piloteiro, falta guia. Sabem por quê? Porque a diária de um guia lá é duzentos e cinquenta reais; se ele for com o barco são mais duzentos e cinquenta, ou seja, quinhentos reais: em dez dias ele tira "cinco paus". Nós temos de buscar alternativa para esse profissional, como a que propôs o Marcelo, além de trabalhar como guia, por que não deixá-lo trabalhar também com a piscicultura? Em Coxim, o Instituto Federal está fazendo os tanques suspensos; ele vai poder trabalhar de guia, e a família estará lá produzindo; resultado: ele vai ter renda. Eu entendo como legítima a ponderação que faz o pessoal da pesca esportiva, mas vocês não podem ser egoístas! Em nenhum momento vocês falaram de alternativas para essa gente que, como vocês, precisa comer, precisa viver. Ofereçam a eles, e concluo presidente, ofereçam a eles, como irmãos, como gente como nós, ofereçam a eles a oportunidade de viver com dignidade, pois nessa estamos todos juntos. Portanto, presidente, contando com a sensibilidade de Vossa Excelência — e fui deputado com pai dele, fui deputado com o pai do Neno Razuk, que ajudava aqui —, eu lhe rogo: não vamos nos apressar! Vamos fazer desse limão uma limonada. Vamos constituir um grupo de trabalho onde esteja a Assembleia, esteja o poder público, estejam representados todos os segmentos, a pesca esportiva, a pesca amadora, a pesca profissional; vamos fazer audiências em várias cidades, vamos fazer um trabalho aprofundado, vamos construir uma lei de pesca que contemple a pesca esportiva — e acho legítimo o que você falou, Edmilson, adorei sua palestra —, a pesca amadora, a pesca profissional, mas uma lei que aponte também alternativas que permitam ao profissional, se quiser, ir saindo progressivamente da pesca profissional, uma lei, enfim, que lhe permita ter uma vida digna para ele e para a sua família. Esta é minha posição. Obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — Com a palavra, o prefeito de Coxim, senhor Edilson Magro,

SENHOR EDILSON MAGRO (prefeito de Coxim/MS) — Boa tarde. Queria cumprimentar de forma especial o presidente desta audiência pública, deputado Renato Câmara. Na pessoa do Batista, pescador e vereador de Coxim e também representante da colônia de pesca, cumprimento todos os demais. Como nosso tempo está limitado a três minutos, eu queria ratificar o que disse o deputado Zeca do PT quando ele fala da classe dos pescadores. Em primeiro lugar, peço a retirada desse projeto; porque nós necessitamos de uma pesquisa técnica na cidade de Coxim, um trabalho técnico capaz de comprovar que, realmente, o que está acabando com o peixe são os pescadores, o que me parece não ser o caso. Os pescadores trabalham para sobreviver. Nós temos então que fazer uma pesquisa, com um laudo técnico, que comprove isto aí, mas eu tenho certeza que, se for



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

feita uma pesquisa técnica, a conclusão vai ser que a culpa pela falta de peixe no rio seja talvez do desmatamento, do assoreamento dos rios, da pesca predatória, mas nunca do pescador que pesca pela sua sobrevivência. Então eu, como prefeito de Coxim, defensor da minha equipe, defensor das pessoas que vieram de lá, eu peço que seja feita uma pesquisa técnica. Se me provarem que o culpado é o pescador — e estou certo de que não é, porque sou de lá — eu também serei a favor dessa proposição. De forma que, em que pese o respeito que tenho por todos que estão aqui defendendo a classe dos pescadores, eu defendo que a lei não deve ser aprovada, porque o pescador não é culpado pela falta do peixe nos rios, isso se deve muito mais à questão ambiental, ao desmatamento, ao assoreamento e coisas assim. Então, peço ao deputado proponente dessa lei que a retire, que se faça antes um trabalho mais sério, um trabalho aprofundado, para que se possa aferir com segurança qual é a verdadeira causa da falta do peixe, evitando-se, assim, que o pescador seja penalizado por um mal ao qual não deu causa. Um grande abraço. Obrigado. E sou contra a lei!

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Agora vamos passar a palavra para o público. O primeiro inscrito é o senhor Antônio Simões Diniz, presidente da Associação dos Pescadores Amadores e Empresariais do Rio Amambai (Apaera)

SENHOR ANTONIO SIMÕES DINIZ (presidente da Apaera) — Boa tarde, deputado Renato Câmara. Em sua pessoa, cumprimento os homens, e, na pessoa da Sônia, cumprimento as mulheres presentes. Chamo-me Antônio Simões Diniz, sou presidente da Apaera, Associação dos Pescadores Amadores e Empresariais do Rio Amambai, também sou empresário. A Apaera é uma associação de preservação do rio, cuidamos do plantio de muda — queria fazer soltura de alevinos, mas não consigo —, da limpeza do rio, enfim, nossa missão é cuidar do rio Amambai. Vejo que o debate aqui gira em torno das doze espécies do deputado Neno Razuk... Mas eu sou contra esse PL. Dia 31 de março vão liberar o dourado, sabem por quê? Porque até agora não houve nenhum estudo científico indicando a proibição do dourado. Mas agora, de repente, aparece essa lei proibindo mais doze espécies! Não tem cabimento. Estranho. Ora, não conseguiram ainda nem proibir o dourado, vão proibir mais doze espécies? Hoje são sete mil e poucos pescadores profissionais no estado de Mato Grosso do Sul, os demais são todos amadores, concordam? Ou seja, são mais de 2,75 milhões de pescadores amadores. Bem, eu represento os pescadores amadores e também os esportivos, porque a partir de 2019, com a Lei nº 15.166, virei um pescador de pesque e solte, porque o peixe não é nem do profissional, nem do amador, o peixe é do rio, é da natureza. Aí eu vejo aqui agora a briga do profissional com o esportivo. Está ruim para vocês?... Ora, o pescador esportivo pode pescar no rio a hora que ele quiser, e soltar todos os peixes, o amador também... Agora, o profissional depende disso aí, é um direito dele, vejam que Jesus Cristo era pescador, e até não acabaram os peixes no rio. E outra coisa, não está havendo extinção de peixe; eu tenho cinquenta e cinco anos, eu pesco desde os nove anos de idade, até agora não vi nenhum peixe desaparecer do rio, pelo contrário, estou pegando muito mais peixe, está aparecendo mais peixe ainda...



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

Posso terminar aqui, depois vocês falam... Estou representando também os amadores. O peixe não está em extinção! O que está em extinção, meus amigos, infelizmente, é a água; e claro que, sem rio, não vai haver peixe para ninguém. Para ninguém! Eu comecei a pescar com nove anos de idade, eu pescava em córrego, os córregos tinham um metro, um metro e vinte de fundura, você enxergava os peixes passando, pegava traíra, piaú, lambari... Hoje a fundura de um córrego não passa de quarenta e cinco centímetros. Estou errado?... Agora, nós temos é de cuidar das nascentes dos rios, dos córregos, é disso que precisamos. Sou contra o PL 275 e sou a favor de cinco quilos de exemplar por pescador amador. Obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Com a palavra, a senhora Sônia Persigili, presidente da Associação da Cadeia Produtiva da Pesca (ACPP).

SENHORA SÔNIA PERSIGILI (presidente da ACPP) — Boa tarde. Na pessoa do deputado Neno Razuk, cumprimento a mesa e, em nome dos meus amigos, cumprimento todos os demais. Estamos num efeito dominó: quando cai um, caem todos. Esse PL 275/2024 vai, sim, quebrar os comércios locais; hoje, ele está proibindo doze espécies. Será que nós teremos de vender peixe de piscicultura? O nosso restaurante vai vender peixe de piscicultura? Quando o turista viaja mil e quinhentos quilômetros, ele quer comer o quê? Peixe do rio. Se ele quisesse comer peixe de piscicultura, ele ficava na cidade dele. Então, meus amigos, o Decreto nº 15.166, do ex-governador Reinaldo Azambuja, deixou uma marca nos comerciantes, deixou uma marca em todos nós, tirou o máximo do pescado, prejudicando o pescador profissional. Deixou uma marca nos comerciantes e quem tinha vinte funcionários, hoje tem oito. E nós não podemos, hoje, comparar as nossas cidades com Corumbá. Corumbá é uma cidade que só tem barco-hotel, e é muita propaganda do Estado para Corumbá. Enquanto isso, as outras cidades estão sendo impactadas, não têm turismo, e não têm turismo porque não têm peixe, porque está sem água o rio! Os barcos não conseguem andar. Então a culpa é de quem, meu povo? Será que a culpa é nossa por estar acabando o peixe? Será que é dos comerciantes? Do peixeiro? A culpa é da casa de isca? A culpa é do pescador profissional? Ora, a culpa é do desmatamento, estão desmatando as nossas matas ciliares, estão desmatando o que Deus nos deixou. Mas agora querem culpar o pescador profissional, culpar o comerciante que emprega o seu funcionário. O que vai fazer o peixeiro, que estruturou sua peixaria para vender peixe? Vai vender o quê? Todos aqui têm CNPJ e vão todos falir com esse projeto! Neno Razuk, você falou numa reportagem que nós forjamos nosso abaixo-assinado, pois nós mostramos hoje para você a quantidade de gente nossa aqui! Assinaram aquele documento onze mil, duzentas e oitenta pessoas; assinaram via e-mail, que não há como forjar. Estamos mostrando para você que nós, sim, estamos contra esse PL, porque isso vai dar falência, isso vai prejudicar toda a cadeia produtiva da pesca. E é só isso que eu tenho que falar.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — Com a palavra, o senhor Gustavo Paiva... Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Boa tarde. Cumprimento a todos pela disposição de estarem aqui debatendo esse assunto tão importante, dos rios, dos peixes, debatendo o meio ambiente de Mato Grosso do Sul. Ouvi atentamente todas as falas até aqui, porque, embora tendo minha posição, queria conhecer melhor as posições contrárias, porque é no debate que formulamos sempre a melhor alternativa. E nesse processo de escuta, confesso que por vezes senti-me um pouco confusa, dada certa contradição entre as falas... E aí, deputado Neno, eu concordo com o deputado Zeca que nós precisamos aprofundar o debate; precisamos trazer para o debate, com muita seriedade, a proteção ao meio ambiente. Ano passado, estive no rio Paraguai, visitei várias comunidades ribeirinhas, subi o rio, fui parando de casa em casa, para ouvir realmente a população ribeirinha e saber o que elas pensavam, como aquelas pessoas estavam vivendo depois do fogo. E me preocupou muito a forma como a comunidade fala, são pessoas que vivem naquele lugar há muito tempo; e eu fazia a mesma pergunta para todas elas: quais a expectativa de vocês com o Pantanal para os próximos anos? E todas as vezes que fiz essa pergunta a resposta que recebi foram... Lágrimas. Então, temos realmente de entender que proibir a pesca no rio não vai resolver o problema nem mesmo do turismo. Nós precisamos proteger os rios. Nós precisamos proteger o meio ambiente. Não há como proteger o peixe se a gente não proteger as águas. E nesse sentido, de aproveitar o limão para fazer uma limonada, como diz o deputado Zeca, é necessário trazer a ciência para esse debate, a ciência precisa se debruçar sobre as duas bacias do estado. Eu tentei usar a mesma estratégia da visita ao rio Ivinhema, seguindo orientação do deputado Renato, que me disse: "Você precisa conhecer o vale do rio Ivinhema, o parque que temos lá"... Pois eu fui lá, deputado, e lá também não pude andar no rio, porque o rio estava intrafegável, agora no mês de janeiro. Como vemos, temos situações sérias para debater, é importante trazermos todas as instituições que querem fazer esse debate. Então, fica aqui minha sugestão de encaminhamento dessa audiência pública: que façamos seminários; vamos trazer para esse debate, deputado Neno, a Embrapa, as universidades, o Instituto Federal, o Conpesca, a nossa Frente Parlamentar da Pesca, ONGs, o pessoal do turismo, das indústrias... Enfim, precisamos envolver todos esses atores no debate. Hoje os ânimos estão aflorados, o que é natural, já era esperado, inclusive durante a semana já antevíamos que o clima desta audiência seria isto que estamos vendo aqui hoje... Mas precisamos nos acalmar, precisamos aprofundar esse debate com seriedade. Então fica aqui como uma proposta de encaminhamento: que ao longo deste ano, nos próximos meses, façamos vários debates, deixemos um pouco de lado a legislação para nos atermos mais à proteção ao peixe, à proteção ao meio ambiente, a uma forma econômica de conciliar os interesses de ambas as partes e, acima de tudo, que consideremos nesse debate o pescador, as pessoas que vivem do rio, que são as mais atingidas, as pessoas mais pobres desse processo. Obrigada.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — Com a palavra, o senhor Jhony Ramão Isidro, da colônia de pescadores de Porto Murinho.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

SENHOR JHONY RAMÃO ISIDRO (representante colônia de Pescadores de Porto Murtinho) — Boa tarde. Na pessoa do deputado Zeca do PT, cumprimento a todos. Primeiro de tudo, quero colocar aqui uma indignação de todos nós que viajamos mais de quatrocentos e cinquenta quilômetros para estar aqui: a falta de respeito da Assembleia com todos que estão aqui! Quando chegamos aqui, na parte da manhã, ficamos ali fora, esperando que se abrissem as portas para todos entrarem. Quando finalmente entramos, nos deparamos com os demais cidadãos que tinham horário marcado; estes chegaram bonitinho, sentaram, não tiveram de passar pelo transtorno que nós passamos. Em momento nenhum foi respeitado o povo de cá [apontando uma ala do Plenário]... Segunda coisa, não existe estudo técnico, da preservação... Eu não vivo de TikTok! Eu vivo da realidade. Eu sou pescador! Nós não somos TikTok. Nós não acessamos o celular. Nós não colocamos informações falsas! Nós vivemos a realidade, o cotidiano, o dia a dia da atividade. Nós não transplantamos para cá coisas de outros estados: eu sou de Mato Grosso do Sul... Você, pelo visto, é mais um filhinho de papai que vem pescar e soltar, só isso, não vive o que o trabalhador vive. O trabalhador depende disso; e segunda coisa, vocês subiram naquela tribuna para mentir! Deram dados que são inverdades... Vejam que bonito, quando você assiste ao TikTok, fica imaginando coisas, diz que o peixe fica dez, quinze, quarenta minutos fora d'água. De onde vocês tiraram isso?... Aí vem outro pescador e fala: "Peguei um pintado de um metro e soltei"... Desafio você a colocar um GPS e pescar o mesmo peixe!... E outra coisa que eu falo para os meninos do TikTok: provem que os pescadores são os principais culpados da falta de peixe. Não há estudo! Nunca foi provado que o pescador seja o culpado do fim do peixe... E quem é culpado? É a indústria. Ninguém aqui é culpado... Eu sou de um rio por onde passa um rio internacional, eu praticamente nasci no rio!

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Vamos colocar as ideias sem agressão. O tempo está vencido. Para concluir, senhor Jhony.

SENHOR JHONY RAMÃO ISIDRO (representante da colônia de pescadores de Porto Murtinho) — Para concluir. A cota zero do dourado foi implementada sem uma pesquisa indicando quantos dourados estavam em extinção, assim como tampouco houve pesquisa para se saber quantos dourados nasceram. Simplesmente foram lá e se intrometeram no ecossistema, procurando preservar o topo da cadeia alimentar, a espécie que se alimenta de outros peixes. Como são do TikTok, vocês não sabem que ninguém come o dourado, é o dourado que come o resto. Então me mostrem um estudo indicando quantos dourados havia quando entrou a cota zero, mostrem o estudo técnico. Não têm!

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Para concluir!

SENHOR JHONY RAMÃO ISIDRO (representante da colônia de pescadores de Porto Murtinho) — Para concluir, para terminar com chave de ouro. A cota zero é inconstitucional, porque o rio Paraguai é um rio internacional. Enquanto não se respeitar o



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

tratado do Mercosul, não há lei que vingue: não adianta proibir no Brasil se no Paraguai é liberado... Você sabe o que é um rio internacional? Você não sabe! Porque você vive no TikTok, é "guri do TikTok".

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems)
— Conclua, por favor.

SENHOR JHONY RAMÃO ISIDRO (representante da colônia de pescadores de Porto Murtinho) — Concluo, olhando direto para o deputado...

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — O senhor tem que respeitar o tempo!

SENHOR JHONY RAMÃO ISIDRO (Colônia de Pescadores de Porto Murtinho) — O senhor, deputado Neno, não respeitou, comporte-se como deputado! Controle-se, porque o senhor está na Casa do Povo, tem que ouvir o cidadão [muita confusão e o microfone do orador é cortado]...

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — Com a palavra, o senhor Genilson Serpa... Com a palavra o senhor Gustavo Paiva, presidente da empresa Pantanal Sport Fishing.

SENHOR GUSTAVO PAIVA (proprietário da empresa Pantanal Sport Fishing)
— Tudo bem, pessoal? Há bastante gente aqui deste lado que eu conheço, já pesquei com vários dos que estão aqui. Eu quero que vocês entendam que isto aqui não é uma guerra, nós temos que dar as mãos, porque se nós não nos unirmos, jamais conseguiremos nosso bem-comum, que é o nosso peixe, o peixe é importante para vocês e para nós. Nós queremos apenas preservar essa riqueza para os nossos filhos, para os nossos netos. Se todo mundo escutasse de coração aberto o que cada um tem a dizer, tanto do nosso pessoal como do de vocês, acho que chegaríamos muito mais facilmente a uma solução. Se nós chegarmos a um denominador comum, se entendermos que estamos lutando pelo mesmo ideal, sem interferir na vida de ninguém, nós vamos conseguir o que a gente quer. Agora, gritando, discutindo, chamando o outro de "TikToker" ou de sei lá do quê, nós não vamos chegar a lugar nenhum. Acima de tudo, nós temos de ter respeito nesta Casa... Nós estamos brigando por peixe, nós estamos brigando pelo futuro do nosso estado, nós estamos brigando pelos nossos netos, pelos nossos filhos e pelo nosso sustento, certo? Eu sou pescador desde criança, muita gente aqui me conhece e sabe a frequência com que frequento o rio: praticamente toda semana, estou na água pescando. Aliás, não é só no estado, eu pesco no Brasil inteiro e até fora dele... Vamos lá. Nós temos, sim, que cobrar do poder público uma alternativa para vocês, que sejam implementadas algumas políticas de segurança para vocês, que vocês consigam ter auxílio, que vocês consigam ter um treinamento que lhes permita migrar da pesca profissional para o turismo, para uma atividade artesanal, enfim, para qualquer outra atividade. Nós temos de cobrar isso deles.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

Muitos falaram aqui que o rio está secando... Realmente o rio está secando, a água está acabando, a coisa está ficando mais difícil. Sim, a gente sabe disso, mas a culpa não é em absoluto dos pescadores profissionais, ninguém aqui falou isso. A culpa não é nossa, e a culpa não é de vocês, ou melhor, todos nós temos, em parte, culpa, porque é o ser humano que interfere na natureza: é o ser humano, e não o pescador, que está acabando com o rio. Mas, sim, o rio está acabando. Se formos esperar estudos, primeiro cuidar das matas para depois pensar no peixe, gente, aí nós vamos ter matas saudáveis e rios sem peixe. Vamos proteger o nosso peixe, mas, vamos também, ao mesmo tempo, fazer a preservação das nossas matas e dos nossos rios. Nós precisamos disso. Estamos juntos com vocês. É que é tanta gente de sangue quente, tanta gente querendo falar, que os ânimos se exaltam, e nós não conseguimos prestar atenção em tudo que está sendo falado. Se nos sentarmos amigavelmente para colocarmos as propostas na mesa, eu tenho certeza que chegaremos a um denominador comum. Eu sei muito bem que a vida de vocês não é fácil; o pescador profissional, cada dia que passa, tem que gastar mais dinheiro, tem que ficar mais tempo longe de casa para poder buscar o seu sustento. Se nós tivermos uma luta em comum, gente, esse fardo vai diminuir para vocês, tudo ficará mais fácil na vida de vocês — mas nós não podemos brigar, temos de sentar e conversar amigavelmente para chegarmos, repito, a um denominador comum, a uma solução que atenda a ambos os interesses. Nós não estamos brigando por "A" ou "B", não é pela minha empresa... Para quem não me conhece, eu sou dono de loja de pesca aqui em Campo Grande, eu vivo exclusivamente da pesca há doze anos, eu pesco desde os meus cinco anos, eu tenho três ranchos de pesca no estado. Eu posso afirmar para vocês: eu tenho paixão pela pesca, eu larguei tudo na vida para viver da pesca; assim como vocês, vocês vivem da pesca, vocês respiram isso. Se dermos as mãos e caminharmos juntos, tenho certeza de que vamos conseguir uma coisa boa para ambos os lados. Obrigado, gente.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — Com a palavra, o vereador de Coxim, Armindo Batista Pescador, presidente da Colônia Z2.

SENHOR ARMINDO BATISTA PESCADOR (vereador de Coxim)
— Primeiramente, quero agradecer a Deus, porque toda honra e toda a glória ao nosso Deus pertence. Em segundo lugar, quero dizer aqui uma verdade; quero falar isso para o presidente da República, porque vai chegar a ele; quero falar para o presidente do Senado; para o presidente do Supremo; para o presidente desta Casa; quero falar para o governador; quero falar para senador; para o deputado federal; para o deputado estadual; e para os vereadores: somos eleitos pelo povo e para o povo, por quatro, oito, doze anos, mas, o nosso tempo passa! Temos que respeitar a cultura de cada um, não é trazer gente lá de Goiás, de São Paulo, de Mato Grosso para vir aqui debater contra uma categoria humilde, que está aqui e que está ali [o orador indica as duas alas do plenário]. Não precisamos disso, deputado Neno. A pesca é um bem que Deus deixou para a sobrevivência do ser humano e não humano, e não para a feitura de lei que prejudique uma categoria e beneficie outra. Neno, em nome da nossa amizade, não enfie esse projeto goela abaixo, não faça isso, não! O senhor é um homem sábio, o senhor é um homem de capital, aprenda a ouvir



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

as pessoas, os segmentos. Esse projeto de pesca, Neno, miserabiliza as pessoas. Não dá para admitir isso, de vir um cidadão de Mato Grosso aqui mentir, que não falou que doze pescadores se deram um tiro e morreram no Mato Grosso. Se eu estiver mentindo, é só procurar: dentro da Assembleia de Mato Grosso há um vídeo pedindo um minuto de silêncio para os pescadores profissionais que se suicidaram, Neno. Isso é uma falta de respeito com a profissão de cada um. Não faça isso com o povo, não, pelo amor de Deus! E quando o senhor for fazer uma audiência pública, lembre-se de que esta Casa é do povo, que todo mundo aqui tem direitos iguais... Para que ninguém fique nervoso, chame seis de um lado e chame seis do outro. Temos pessoas sábias, que sabem o que é pesca. Eu sou um, não sou o dono da verdade, não, mas tenho minha posição. Saí do Exército e fui ser fiscal de pesca por seis anos; deixei de ser fiscal para pescar, pesco há quarenta anos, faço da pesca o meu meio principal de vida. Não sou dono da verdade, mas esse projeto do senhor não vai ao encontro dos anseios da sociedade. O senhor está prestigiando uma categoria e desprestigiando outra, mexendo num bem natural que Deus deixou para todos nós. Nós não precisamos brigar, Neno, senhores deputados! Quem legisla sobre meio ambiente não é o legislador, é o ministério através do Governo Federal e através do Governo do Estado. Fizemos uma lei aqui, foram dois anos discutindo, com audiências públicas em Corumbá, audiências públicas em Aquidauana, audiências públicas em Coxim, audiências públicas em Três Lagoas, audiências públicas aqui, e foi aprovada a lei, deputado Neno, mas isso acabou sendo derrubado na Justiça, porque, de novo, quem legisla sobre meio ambiente é o Governo e não a Assembleia... O que mudou de 2010 para cá? Houve uma nova constituinte? Não houve. Por que agora tem que valer?... Deixo aqui esse recado, sem demagogia, não sou contra os meus irmãos aqui; somos todos pescadores. Vocês querem ver o nosso fim? Não querem. Nem nós queremos ver o fim de vocês. Se for para acabar com a categoria, que acabe para todos... Nós, pescadores profissionais, artesanais, pescamos oito meses ao ano, por quatro meses nós não pescamos... Enquanto que a pesca esportiva insiste, pega o peixe cheio de ova. Quando a nossa esposa está grávida, a gente a trata com o maior carinho... Vocês querem pegar o peixe cheio de ova, matar o peixe e soltar... E dizem que é para preservar. Não façam isso, não, gente! Pelo amor de Deus! Vamos discutir um ano, dois anos, vamos discutir três, até chegarmos a um acordo com o qual concordamos. Porque se estivessem proibindo para todo lado, nós não estaríamos brigando, não. Agora, vão proibir um e deixar o outro ganhar dinheiro? Não façam isso, não. É um bem que Deus deixou para todos. Muito obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — Com a palavra, o senhor Maurício Ortiz, pescador esportivo.

SENHOR MAURÍCIO ORTIZ (pescador esportivo) — Pessoal, como não sou muito bom com as palavras, escrevi o meu texto para facilitar. Senhoras e senhores, quando falamos de pesca, não falamos apenas de uma atividade esportiva ou de uma profissão: falamos do equilíbrio entre a natureza e o ser humano. Estamos aqui, hoje, reunidos para falar sobre um tema que vai muito além das diferenças individuais, dos interesses de cada um: estamos aqui para falar sobre o futuro dos nossos rios, dos nossos peixes e,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

principalmente, das próximas gerações, que dependerão do que decidirmos hoje. Mato Grosso do Sul vive um momento decisivo, o fim da proibição da pesca do dourado reacendeu um embate entre pescadores comerciais e pescadores esportivos. De um lado, há quem defenda o fim das medidas máximas e a permissão do abate do dourado; de outro lado, há aqueles que pedem a proibição do transporte de três espécies, o fim da comercialização da curimba, peixe essencial para o equilíbrio da cadeia alimentar. Mas a gente precisa refletir um pouco sobre o porquê dessa divisão, a razão de estarmos nos colocando em lados opostos, sendo que temos a mesma paixão: o rio, os peixes, a pesca. Será que não teríamos de estar juntos, em prol de um objetivo maior? Nos últimos quatro anos, nosso estado tem enfrentado uma crise hídrica severa, com a redução alarmante dos níveis dos rios. Estudos de universidades apontam que, em algumas regiões, o fluxo de água caiu em até 40%. Universidades já apresentaram dados que comprovam que a falta d'água tem prejudicado os estoques pesqueiros. Como é possível pensar na ampliação da exploração dos nossos rios, quando a própria natureza encontra-se numa luta para se recuperar? Essa situação evidencia a necessidade urgente de estudos embasados em dados concretos, estudos que garantam decisões equilibradas e sustentáveis. Não há um planejamento sólido para assegurar a continuidade da pesca, seja ela comercial ou esportiva. Enquanto brigamos, deixamos de cobrar soluções que deveriam estar sendo implementadas. Não faz sentido liberar a matança de peixes em prol de um estudo, assim o diz a lei de precaução, que está na Constituição Federal; o estudo precisa ser feito com as regras atuais, com o dourado, com a piracanjuba e com o pacu-prata protegidos, com medidas máximas e mínimas já estabelecidas: somente assim podemos ter um panorama real do que está acontecendo em nossos rios. E volto a dizer, gente, eu sei que pode pegar mal, mas o peixe vivo, sim, vale mais. Vale mais para o turismo, vale mais para a biodiversidade, vale mais para a economia a longo prazo. Nosso apelo hoje não é por divisão, é por união; precisamos caminhar juntos, defender juntos os nossos rios. Chega de esperar, gente! Chega de discutir entre nós. É hora de agir, a hora é de transformar palavras em ações, para que possamos garantir o futuro da biodiversidade. O verdadeiro inimigo — e aqui não há inimigo nenhum — não é o pescador comercial nem o esportivo, o verdadeiro inimigo é a falta de ação. O verdadeiro inimigo é a falta de compromisso com o futuro da pesca e da biodiversidade. E eu falo em nome de todos os pescadores esportivos que estão aqui. Estamos comprometidos em somar nas políticas públicas, com diretrizes e boas práticas no manejo do peixe, como no uso de iscas artificiais e demais apetrechos de pesca. Que juntos possamos lutar pelo que realmente importa: a preservação dos nossos rios e das espécies que fazem deles um dos maiores tesouros naturais do Brasil. O deputado Zeca comentou alguma coisa do Paraguai... Pois, sim, eu sou paraguaio, nasci e morei em Assunção grande parte da vida, pesquei muito no rio Paraguai. E lembro de uma cena, quando tinha oito, nove anos... A gente chegava a uma região do Paraguai chamada Arecutacué e podia escolher — no Paraguai é permitido comer o dourado — o tamanho do dourado que a gente ia comer naquela noite no acampamento. A gente podia escolher porque havia muito dourado, muito peixe: era jurupensém; era tudo, tudo em demasia. E o que aconteceu com esses peixes?... Hoje em dia estou nessa luta porque eu quero, sim, que a minha filha possa ter essa diversão de poder pegar um peixe daqui para frente. Então,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

pessoal, eu posso dizer, com toda a certeza, que a pesca predatória e indiscriminada dos nossos peixes, é quem acaba com peixe, porque, eu sei que no Paraguai acabou o peixe, isso numa região que antes era riquíssima, para onde vinha gente do mundo inteiro...

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) —
Concluindo.

SENHOR MAURÍCIO ORTIZ (pescador profissional) — Hoje acabou, ninguém mais vai pescar lá. É isso aí, gente. Obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — Com a palavra, o deputado João Henrique, que está participando de forma on-line, e gostaria de nos deixar sua mensagem.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Boa tarde, senhor presidente, deputado Renato Câmara, e deputado Neno Razuk. Primeiramente, peço desculpas a vocês por não poder estar presente neste momento, quando se reúnem para debater segmentos de posições contrárias. É assim mesmo, é importante ouvir todas as vozes nesse processo, de forma que, a meu ver, a Assembleia acerta e faz bonito ao conseguir reunir todos os atores implicados na questão, técnicos, etc., inclusive, pessoas de outros estados. Aliás, é bom que tenham vindo pessoas de outros estados, porque o tema não é só uma questão cultural, local, porque as bacias hidrográficas atravessam, por desejo divino, as fronteiras naturais dos estados. Então, o que profissionais de outros estados decidirem sobre essa questão acaba, evidentemente, impactando o nosso estado também. Quanto aos deputados terem algum tipo de flexibilidade para decidir sobre esse tema, tenho a dizer que temos aí um decreto, essa legislação que está perdendo a vigência. Está perdendo a vigência exatamente porque os deputados tinham uma visão muito mais radical do que essa visão, a meu ver, muito bem colocada do deputado Neno Razuk. Bem, o fato é que nós fomos convocados por todos os segmentos para dar sequência a esse processo, muitos dos que estão aí, contrários ou favoráveis ao projeto, devem lembrar. E já havia uma vontade maciça, quer dizer, a maioria da Casa queria — e quer — essa aprovação. O texto, como disse, era mais radical do que este do deputado Neno, isso foi amadurecendo e nós, para que não houvesse alguma transformação brusca, para que não entrássemos em um período de transição, é que aceitamos, desde 2020, numa composição com o governador Azambuja, que fosse estendido isso, que fossem realizados estudos. Cedemos nessa questão do tempo, embora entendêssemos não serem necessários grandes e complexos estudos para convencer os parlamentares da relevância e premência do tema, pois se trata de uma questão que todo mundo já pesquisa, já existem vários estudos técnicos a respeito... Que bom se todos os projetos fossem debatidos com o aporte obstinado das pessoas que lhes são contrárias, mas, garanto a vocês que nada seria decidido no Brasil, nem na Assembleia, se fossem levados em conta todos os estudos complexos... Mesmo porque eles erram; não estou defendendo que não se façam estudos, estou lembrando que esse projeto já foi iniciado, já foram ouvidas as posições de vários



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

segmentos, com pontos contraditórios, de estudiosos. Eu sei que há aí a questão das guias, são trezentos, quatrocentos quilos — corrijam-me se estiver errado — que vocês podem emitir na guia de pessoa física, mas existe também aí um mercado, sobre o qual gostaria que vocês refletissem. Esse mercado não é um supermercado, esse mercado, que paga um preço por esses trezentos, quatrocentos quilos que vocês podem emitir de guias em caráter individual, ele leva em conta a concorrência. Mas existe também outro mercado, que ao preservar o meio ambiente, também paga, e paga muito mais caro, de forma que o pescador possa abrir o seu negócio, dedicar-se a outra atividade de sua inclinação, possa expandir, possa crescer, possa contratar pessoas... E preservando o meio ambiente! Por isso, é muito importante encontrar, se possível, um ponto de consenso com vocês; e é preciso que vocês entendam também que, independentemente do que decida Mato Grosso do Sul, a lei da divisão do estado escolheu a bacia hidrográfica: aquilo que ficar para cima do rio é do Mato Grosso, aquilo que ficar para baixo é do Mato Grosso do Sul. No entanto, o meio ambiente, os peixes e a natureza não seguem limites definidos em um papel; eles se movimentam e possuem volatilidade. Assim, o que Mato Grosso já decidiu deveria, talvez, ser definido de maneira unificada em âmbito federal. Mas não é. Já temos essa realidade sendo explorada no Estado de Mato Grosso. Eu entro nesta reunião para dizer a vocês, pescadores que recebem o seguro-defeso durante o período de restrição, que a nossa Casa, a Assembleia, também está pensando em vocês. Estamos propondo um seguro para que o governo estadual remunere, pelo mesmo valor, aqueles que desejarem migrar para a atividade de guia, possibilitando que recebam muito mais do que pescando trezentos ou quatrocentos quilos de peixe; trabalhando como guias, preservando, encontrando e demonstrando, assim vocês podem fazer uma transição para uma atividade que oferece maior qualidade de vida e melhores recursos. Nós pensamos na família de vocês, pensamos em vocês. Nosso objetivo é equilibrar o jogo para que, por meio do trabalho individual, os melhores guias e profissionais, aqueles que tiverem os melhores contatos, possam ter melhores condições de receber e ganhar explorando a atividade de forma sustentável. Vimos que isso deu certo em vários estados e países. É difícil ignorar que os peixes diminuíram ao longo dos anos e, se continuarmos apenas prorrogando a situação sem mudanças, chegaremos ao ponto em que os peixes acabarão, e ninguém mais ganhará nada com isso — nem explorando, nem preservando —. Por isso, tentem refletir sobre o momento internacional e nacional em que nos encontramos e sobre as oportunidades que podemos aproveitar.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Deputado, vamos concluir, pois o pessoal está pedindo. Faltam algumas pessoas, e eu gostaria que Vossa Excelência fizesse a conclusão, para que possamos dar continuidade, já que a audiência está na fase final.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado, senhor presidente. Eu gostaria que todos aqui presentes pensassem e refletissem sobre essa oportunidade valiosa de transformar suas vidas, enriquecer, ganhar dinheiro, trazer recursos e atrair turistas. Façam uma reflexão em suas casas e não se deixem influenciar por pessoas com interesses



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

próprios, que lucram ao direcionar suas opiniões. Observem os estados que já aceitaram essa realidade e analisem se a situação melhorou ou piorou, como ficou a vida dessas pessoas e o impacto dessa mudança. Vejam como já houve melhorias em Mato Grosso do Sul com a questão do dourado. Pesquisem por conta própria, tirem suas próprias conclusões. Não escutem apenas os deputados João Henrique, Neno Razuk, Renato Câmara ou qualquer outro. Informem-se e avaliem o que estamos apresentando, pois se trata de uma oportunidade de melhorar a vida dos pescadores, empresários e de todo o segmento. Estamos pensando em Mato Grosso do Sul. Esse é o recado que quero deixar para vocês. Fico aberto às críticas ao meu posicionamento e ao dos colegas deputados. Um grande abraço e obrigado pela participação.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — Com a palavra, o Marco Antônio, do Grupo Pesca Esportiva de Pescadores Amadores.

SENHOR MARCO ANTÔNIO (representante do Grupo Pesca Esportiva de Pescadores Amadores) — Oh, bênção de Deus! Olha onde eu vim parar! A primeira pergunta é para o nosso capitão-chefe — não sei se é capitão ou qual é o cargo —. Qual o motivo de meus amigos poderem usar a garateia e nós não podermos? Eu gostaria que o senhor esclarecesse, por favor. Está dentro da lei?

SENHOR CLEITON DOUGLAS (comandante da Polícia Militar Ambiental) — Cumprimento todos os deputados e presentes e parabenizo também pela audiência. Nós, que estamos nos rios, sabemos da dificuldade em relação à legislação e sua aplicação. Faço lembrar que a legislação ambiental é uma verdadeira colcha de retalhos, pois temos tanto a legislação federal, que deve ser aplicada, quanto legislações estaduais. É bem claro que, no nosso Decreto 15.166, a garateia é um apetrecho proibido, mas, ao mesmo tempo, as iscas artificiais hoje são autorizadas. Eu estava até conversando com o secretário Artur sobre essa questão das iscas. Isso é algo que precisa passar pelo órgão ambiental. Por quê? Porque há um conflito de legislação: uma parte do apetrecho é proibida, como você mesmo já mencionou, enquanto outra parte é autorizada, já que a isca artificial é permitida. Não vamos entrar no detalhe de a isca ter ou não garateia, mas esse conflito de legislação existe. Esse é o motivo pelo qual a questão já foi apresentada ao Imasul e, inclusive, à Polícia Militar Ambiental. Já adianto que temos um estudo sobre as iscas de fundo, o qual já foi encaminhado ao órgão ambiental, apresentando a opinião da Polícia Militar Ambiental sobre o assunto. Isso, no entanto, não é competência da polícia, mas sim do órgão ambiental e — em uma esfera maior — da Casa de Leis.

SENHOR PEDRO JOVEM DOS SANTOS JÚNIOR (presidente da Fepea/MS) — Questão de ordem, deputado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — Pois não.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

SENHOR PEDRO JOVEM DOS SANTOS JÚNIOR (presidente da Fepea/MS)
— Questão de ordem, por gentileza.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — Pela ordem, o presidente da Federação de Pescadores.

SENHOR PEDRO JOVEM DOS SANTOS JÚNIOR (presidente da Fepea/MS)
— Comandante, eu só queria mostrar para o senhor...

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — Pedrinho, fale no microfone, senão não fica registrado.

SENHOR PEDRO JOVEM DOS SANTOS JÚNIOR (presidente da Fepea/MS)
— As garateias são proibidas. Elas estão anexadas à isca e, portanto, como estão instaladas na isca, esta aqui não é... Você viu o vídeo que eu passei? Lá não há nenhum peixe capturado pela boca; todos são através do chasco. Além disso, no artigo 12 da Lei 15.166, também é proibido. Se o senhor pegar um pescador profissional...

DEPUTADO NENO RAZUK - PL (proponente) — Pela ordem, senhor presidente.

SENHOR PEDRO JOVEM DOS SANTOS JÚNIOR (presidente da Fepea/MS)
— Pescando com essa isca, o senhor vai autuá-lo e levá-lo preso.

DEPUTADO NENO RAZUK - PL (proponente) — É uma inquisição!

SENHOR PEDRO JOVEM DOS SANTOS JÚNIOR (presidente da Fepea/MS)
— Sim, senhor.

DEPUTADO NENO RAZUK - PL (proponente) — Tem que respeitar o que está acordado!

SENHOR PEDRO JOVEM DOS SANTOS JÚNIOR (presidente da Fepea/MS)
— Isso já aconteceu lá.

DEPUTADO NENO RAZUK - PL (proponente) — Estão fazendo uma inquisição em cima do nosso oficial. Por favor, eu peço respeito!

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da Alems) — Temos que manter a ordem e a fala do presidente da associação. Estamos mantendo o direito de fala do presidente da instituição.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

SENHOR PEDRO JOVEM DOS SANTOS JÚNIOR (presidente da Fepea/MS)
— Deputado, eu só gostaria que o senhor, como responsável e autor da lei, respeitasse a gente. E, se o senhor não quiser nos respeitar, que não nos convide para vir aqui, que não nos convide para participar. Se o senhor não quer ouvir, o senhor não nos convida. Entendeu? Agora, se é um equipamento proibido... Eu estou apenas discutindo. Nós estamos dizendo, deputado Renato Câmara. Eu pedi a questão de ordem, deputado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS)
— Pedrinho, finalize, por favor, para a gente continuar.

SENHOR PEDRO JOVEM DOS SANTOS JÚNIOR (presidente da Fepea/MS)
— Tudo bem! Eu só quero colocar que na Lei nº 15.166, no artigo 12, parágrafo 4º, é proibido. A garateia, através de chasco, é proibida. E, se não é fiscalizado, aí já não é problema meu; é responsabilidade do órgão fiscalizador, mas, que é proibido na lei, é. Muito obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Marco Antônio, por favor, faça a sua consideração e a conclusão.

SENHOR MARCO ANTÔNIO (representante do Grupo Pesca Esportiva de Pescadores Amadores) — OK. Só voltando lá atrás. Há um ano, eu estava aqui, neste auditório, brigando pela liberação do dourado, certo? O que aconteceu? Aqui, dentro desta Casa de Leis, que acredito eu que tem palavra, que é a palavra que ressoa entre o povo de Mato Grosso do Sul, o que aconteceu? Eu quero saber a verdade, porque, se foi aprovado pela Casa, o dourado tem que ser liberado. Como foi aprovado pela Casa, eu quero saber se a Casa vai voltar atrás em sua palavra. É isso.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Vamos passar a palavra agora para o representante do Instituto do Meio Ambiente, para fazer as suas considerações. Depois vamos ouvir as considerações do deputado Neno Razuk.

SENHOR ARTUR HENRIQUE LEITE FALCETTE (secretário adjunto da Semadesc) — Obrigado, deputado. Eu queria, rapidamente... Eu anotei muita coisa aqui, mas, definitivamente, não vou ter tempo de tratar de todos os assuntos. Então, tivemos agora, quase no final, algumas falas de ambos os lados que considero mais felizes do que algumas que ouvimos mais cedo. Para mim, fica claro que, longe de ser matéria superada, tentar simplificar essa discussão — se pode ou não pode "A" ou "B" — vai produzir uma legislação que não tem a capacidade de resolver o conflito. E vocês, dos dois lados, trouxeram a necessidade de que caminhemos, de que proponhamos soluções e de que avancemos. Então, acho que precisamos seguir a sugestão de vários de vocês e de alguns deputados aqui: propor uma discussão. E aí, eu coloco o Governo do Estado à disposição, coloco o conselho à disposição, deputado, para que possamos contribuir tecnicamente dentro de um ambiente saudável de discussão. Eu queria falar de um assunto importante,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

que é o dourado, porque está sendo veiculada há meses a notícia de que o Governo do Estado está liberando o dourado. Como alguns de vocês mesmos disseram aqui, tanto de um lado quanto de outro, isso é um projeto do Legislativo. Iniciou lá com o então deputado Beto Pereira e, depois, no ano passado, foi renovado com o então deputado João César Mattogrosso. Foi um projeto discutido na Casa, com as prerrogativas da Casa. Não é um projeto de iniciativa do Executivo, não é um projeto do Governo do Estado. Então, o Ademilson até falou, respeitosamente, que não é uma questão do Governo do Estado: se o dourado for liberado, ter ou não condição de estar no evento "A" ou "B"... O Governo não está liberando, nem deixando de liberar. Essa discussão foi feita nesta Casa. Deputado, vou pedir licença para fazer uma observação, que não é uma crítica, sobre o prazo que foi colocado para que o Governo do Estado realizasse um estudo científico. Esse prazo não é exequível do ponto de vista técnico. Vocês podem consultar a Embrapa, as nossas universidades federais, a universidade estadual, mas não é um prazo que se consiga dimensionar o que se propõe no estudo. O prazo estipulado e que nos foi comunicado não foi discutido, nem negociado com o Governo. Então, esperamos que, de alguma forma, a Casa faça a discussão sobre o dourado e decida o que entender. Sobre o dourado ainda, vi há pouco uma faixa sobre a matança de dourado para a realização de estudos científicos. Eu queria dizer que, caso, em alguns momentos dos estudos científicos, seja necessária a captura de animais, é uma autorização especial dada pelo Imasul, após avaliação, e exclusivamente para os exemplares necessários, para realizar aquele estudo científico. Se alguém disse para vocês que é necessária a liberação para a realização do estudo, não foi o secretário Jaime, e não fui eu. Então, isso não é um pronunciamento oficial do Governo do Estado. Acho que isso tem que estar bem claro, porque vemos isso reverberando nas redes sociais há semanas, e isso não é verdade. É importante que tenhamos responsabilidade com as informações. Então, respeitosamente, a faixa que foi apresentada aqui não faz o menor sentido. Várias pessoas trouxeram dados do Imasul, e aí, eu queria dizer que dado é um negócio extremamente complexo, porque, com o dado conseguimos fazer a inferência e criar uma interpretação para contar uma história. Alguns dados que foram apresentados aqui são, de fato, dados do Imasul, e são públicos. Não vou ter tempo, deputado, de falar sobre o monitoramento, mas vou enviar todos os dados. São públicos, mas foram interpretados de acordo com a conveniência de um lado ou de outro para se construir uma narrativa. O número utilizado para falar sobre a queda em determinado setor foi o número de 2020, exclusivamente o ano da pandemia. Da mesma forma, o número que foi trazido aqui com relação às autorizações para pesca profissional não é o número de autorizações para a pesca profissional. Temos que diferenciar: existem os dados de desembarque, os dados de pesca amadora e os dados de pesca profissional. Esses dados foram utilizados aqui de acordo com a conveniência da narrativa que queriam criar. Então, a gente precisa tomar muito cuidado, porque, ao fazer isso, colocam vocês um contra o outro, utilizando dados que são oficiais, mas que não têm a interpretação correta. Um dos últimos colegas que falou aqui... Eu acho que a gente precisa olhar para essa questão nesse sentido. Essa é uma questão ampla, ela não é apenas uma questão de meio ambiente; ela é uma questão social, é uma questão cultural. O Governo do Estado não tem absolutamente nenhuma pretensão de dizer para vocês aqui deste lado o que podem ou não podem ter



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

como prática esportiva ou como negócio, do ponto de vista de turismo. E não tem a pretensão de dizer para vocês deste outro lado aqui — e alguns, eu vejo aqui pelo avançado da idade, que provavelmente fazem isso há quarenta, cinquenta anos — o que vocês têm que fazer da vida de vocês para viver. O Governo está aqui para mediar essa conversa e propor algo que faça sentido. Um colega aqui falou da bacia Amazônica e citou, novamente, uma informação equivocada sobre como funciona a proibição. Esse é um exemplo de política pública que entende a complexidade de cada região, que cria as zonas e que, nessas zonas, você tem zonas onde o pesque e solte está regulamentado de um jeito, a pesca profissional está regulamentada de outro, as comunidades tradicionais e a pesca de subsistência de outro. Então, estamos tratando de um tema extremamente complexo. A gente fica inteiramente à disposição, porque não queremos criar um problema, mas, sim, ajudar a dar a solução. Toda a nossa equipe técnica está à disposição, o Conpesca está à disposição. Fizemos aqui, nesta Casa, no final de 2023, um debate sobre uma das políticas públicas mais complexas que esse Estado criou, que foi a Lei do Pantanal. Tinha tudo para estar aqui dentro, de um lado os produtores rurais e, do outro, ambientalistas, criando esse clima, mas isso não aconteceu, porque todo mundo entendeu que o Pantanal era importante para os dois lados e que precisávamos, sim, fazer concessões de um lado e de outro. Não vamos construir nada permanente, que seja política pública de Estado, se não tivermos a capacidade de dialogar, e se não tivermos a capacidade de respeitar um prefeito eleito que sobe aqui para falar, ou um cientista que vem aqui para dar sua opinião técnica e científica sobre determinado tema. Eu queria pedir aos colegas da ciência também que tenhamos muito cuidado, porque, de novo, usar dados para criar uma narrativa é muito fácil, e isso não é justo com quem está do outro lado e fica sendo manobrado com isso. Então, precisamos ter um debate claro, transparente e técnico. E eu quero dizer para vocês que estamos à disposição, deputado, como estivemos em todas as reuniões na discussão da Lei do Pantanal aqui. Nossa equipe vai trabalhar o quanto for necessário para ajudar vocês na construção da política pública, porque não é uma política pública de pesca. Ela tangencia os recursos hídricos, ela tangencia toda uma pauta extremamente complexa de meio ambiente e que está muito conectada a todos os setores de produção do nosso estado. Então, se a gente simplificar a se "pode ou não pode" a atividade de vocês, ou se "pode ou não pode" a atividade deles, com certeza fracassaremos, e estaremos aqui de novo, daqui a umas gestões, tendo a mesma discussão e colocando vocês em lados opostos, que absolutamente não existem, porque todo mundo aqui depende do mesmo recurso. Então, ficamos à disposição da Casa, deputado, e eu também lá na secretaria para recebê-los. Enfim, como vice-presidente do Conpesca, estamos à disposição para internalizar essa discussão. A Assembleia tem cadeira lá, a pesca turística tem cadeira lá, e a pesca profissional também. A gente já tem um ambiente criado. Se vocês entenderem que ele não é suficiente, a gente amplia esse grupo, traz para dentro da Casa, e ficamos à disposição. Obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Indo para a finalização, muito boa fala, Artur. Estaremos discutindo esse tema, que é complexo. Vejo que houve uma amplitude de discussões; todo mundo teve a oportunidade de colocar



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

suas ideias, seus pontos de vista. Eu, que fui criado pescando ali na barranca do rio Ivinhema, coloquei nos grupos quais são as sugestões. Eu gostaria, deputado Neno Razuk, de colocar aqui algumas sugestões para o rio Ivinhema. Eles discutiram, e faz parte do imaginário popular, Artur, a soltura de alevinos como sendo uma alternativa. Então, eu colocaria aqui a sugestão para que se possa fazer um estudo da viabilidade da soltura de alevinos com peixes capturados no próprio rio, para não ter nenhum impacto biológico, garantindo a viabilidade. Outra questão que foi discutida nesses grupos, até na Apep também, é que uma parte dos recursos que são conseguidos com multas, por exemplo, deveriam ser revertidos para a própria bacia, para recuperar as matas ciliares e para a produção desses alevinos. Outra questão é a ampliação e o fortalecimento da fiscalização dos rios de Mato Grosso do Sul. É visível que muitas pessoas que não têm o direito de pescar como profissionais estão usando essa prática. Então, a frequência da fiscalização já inibiria isso. Outra questão importante também é a possibilidade de estabelecer um acordo internacional com o Paraguai e a Bolívia, para ampliar as nossas legislações também para os países vizinhos, como um acordo internacional. E, por último, a exigência do cadastramento de profissionais, visto que, em toda a bacia, principalmente do Paraná, muitos empresários e pessoas estão utilizando carteiras profissionais, sendo que não deveriam ter esse direito de pescar como profissionais. Essas são várias enquetes que fizemos em grupos de pesca. Eu participo de vários grupos, e quero deixar isso registrado aqui, deputado Neno Razuk, nesta audiência. Não havendo mais nada neste momento, quero passar a palavra para o deputado Neno Razuk, para fazer suas considerações finais.

DEPUTADO NENO RAZUK - PL (proponente) — Senhor presidente, primeiramente, agradeço por assumir esta presidência. Uma audiência que já passou de cinco horas, e todos nós já estamos muito cansados. Então, serei bem breve. Foi uma tarde com os ânimos bem acirrados e, agora, já chegando ao fim, queria me dirigir a todos que estão ouvindo. Esta lei não se trata de cota zero. Eu conversei muito com o deputado Zeca do PT; esta lei já poderia ter sido votada, mas nós a seguramos, a Casa segurou, para poder atender e receber todos vocês. Fui bem agredido por algumas horas aqui, o que é normal, porque tem muita gente que não entende ou entende de outra forma, mas está lutando pelo seu direito, algo que eu respeito. Só que agressão pessoal... Eu fui muito agredido, falaram até que eu estava rindo. Tem gente que, quando é agredida, responde de várias maneiras: com agressão pessoal, alguns ficam bravos, outros choram, outros gritam. Eu fiquei sorrindo, porque estavam me agredindo. O que eu vou fazer? Vou me levantar e vou xingar? Não vou xingar. Eu sorri, porque era o que eu podia fazer no momento, e tudo bem! Vamos levar a discussão para frente. Não estamos aqui para acabar com o pescador profissional, não é a nossa intenção. O deputado Zeca do PT falou em buscar alternativas, e queremos buscar alternativas. Se eu não quisesse, não teria aberto esta audiência, não estaria ouvindo vocês. Eu poderia ter dito: vou tocar a lei, vou tocar; já recolhi as assinaturas e deve ir para votação. Não foi o que fizemos! Estamos aqui para ouvir todos. Todos podem ouvir, só que eu queria que fosse mais aberto à população; mas, o que tivemos aqui hoje foi o quê? Um grupo contra e um favorável. Eu passei a presidência, porque tenho meu



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

posicionamento. Sou o proponente da lei e quero que a lei venha, quero mesmo. Eu entendo vocês, acredito muito que podemos chegar a uma composição, criando alternativas para que todos sejam contemplados; que o pescador amador possa ter suas reivindicações e que o profissional, principalmente, possa ser qualificado e ter apoio para criar peixes, para se tornar um guia turístico e para ter várias oportunidades de emprego. O peixe vivo no rio vale mais, sim, e vocês vão aprender isso. O Governo tem obrigação de qualificar e ajudar vocês a fazerem essa transição. Podemos fazer uma transição acentuada, de maneira que vocês sejam contemplados também com prazo. Podemos fazer, sim. Aqui, estamos abertos para discutir; senão, já teria empurrado essa lei para frente, não teria segurado. Eu tenho direito de ter essa lei votada já de imediato, mas não foi o que fizemos. Estamos conversando com todos os deputados e tenho certeza de que é uma demanda que a grande maioria da população quer. Vereador Batista, pescador, eu gostei do jeito que o senhor falou. O senhor conversou, fez um apelo, o senhor não foi agressivo. Agora, eu entendo e estou aqui dizendo: estamos abertos para conversar e buscar a melhor solução, para que todas as classes sejam contempladas. Só que precisamos de uma transição. Precisamos de uma mudança, sim. Precisamos de uma lei de pesca. Precisamos que Mato Grosso do Sul venha a preservar o meio ambiente sem prejudicar nenhuma classe. Eu tinha um discurso preparado aqui, mas depois mudei, já não quis mais falar. Eu estava preparado para ir para o embate, mas depois voltei atrás, porque fui agredido, e essa não é a saída. É verdade, estou falando de coração, deputado. Acho que temos muito aqui para criar essa lei. Quando começamos, ela tinha uma dimensão; ela se tratava só de pesca, mas hoje já estamos caminhando para a preservação do meio ambiente. Já estamos discutindo, até por sugestões de vocês... Alguns pescadores profissionais, muitas vezes, entram para me agredir, mas, muitos entram para conversar e trazem ideias que devemos trazer para esta Casa. Falando de PCH, de veneno, de agrotóxico no rio, falando dos barcos que derrubam o barranco e acabam prejudicando a mata ciliar. São vários debates que começaram e só estão acontecendo hoje porque apresentei essa lei. Então, esta lei será benéfica para o nosso estado, podem ter certeza. Ela não virá goela abaixo; será bem formulada, e todos vocês serão contemplados. Nós vamos conseguir — tenho certeza — preservar o rio, aumentar a população de peixes no rio. Todos falam muito de estudo. Realmente, hoje não temos um estudo aprofundado, mas o dourado já demonstrou um grande aumento na população, só que não podemos prejudicar nenhuma classe. Vocês estavam falando: "Vão nos fazer passar fome". Isso não é nossa intenção, nunca. Eu não estou aqui para prejudicar vocês, estou cuidando. Infelizmente, o prefeito de Coxim já foi embora. O deputado Zeca do PT falou muito bonito. O prefeito de Coxim falou que a gente não pode legislar e pediu para retirar o projeto. Eu queria pedir ao prefeito de Coxim que respeite este Parlamento. É um direito nosso apresentar uma lei, e ele não tem direito de vir aqui questionar uma lei apresentada por um deputado. Vereador Batista, um deputado tem direito de legislar sobre o meio ambiente, segundo a Constituição. Então, é um direito nosso, sim, de legislar. Só que vamos legislar ouvindo todos, de uma forma democrática. Esta lei, eu quero, sim, que aconteça, e tenho certeza de que, se fosse para um plebiscito, a grande maioria da população aprovaria. É como o Transporte Zero, porque eu nunca pedi cota zero. Eu peço Transporte Zero, peço o fim da comercialização, e tenho certeza de que isso fará diferença



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “A PESCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”
REALIZADA EM 21/02/2025**

no meio ambiente, mas sem prejudicar vocês. Concordo 100% quando dizem que tem que ter uma transição, que tem que ter uma preparação, que vocês têm direito de ter continuidade até estarem preparados para essa transição. Certo? Então, senhor presidente, quero encerrar minha fala dizendo: eu não estou contra ninguém, estou a favor do meio ambiente, e tenho certeza de que esta Casa buscará uma solução para melhor atender toda a população de Mato Grosso do Sul. Obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (vice-presidente da ALEMS) — Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública. Está encerrada. Muito obrigado a todos (17h42min).